**POLÍTICAS PÚBLICAS DE GÊNERO SÃO POSSÍVEIS?
O Assentamento Lagoa da Serra – Caucaia/Ce.**

MARIA DE FÁTIMA ALBUQUERQUE DE ARAUJO SOUZA

FORTALEZA
2010

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

UNIVERSIDADE ESTUDUAL DO CEARÁ – UECE
CURSO DE MESTRADO PROFISSIONAL EM PLANEJAMENTO E
POLITICAS PÚBLICAS
CENTRO DE ESTUDOS SOCIAIS APLICADOS - CESA

MARIA DE FÁTIMA ALBUQUERQUE DE ARAÚJO SOUZA

POLÍTICAS PÚBLICAS DE GÊNERO SÃO POSSÍVEIS?
O Assentamento Lagoa da Serra – Caucaía/Ce.

FORTALEZA
2010

MARIA DE FATIMA ALBUQUERQUE DE ARAÚJO SOUZA

POLÍTICAS PÚBLICAS DE GÊNERO SÃO POSSÍVEIS?
O Assentamento Lagoa da Serra – Caucaía/Ce.

Dissertação Submetida a Universidade Estadual do Ceará – UECE, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Planejamento e Políticas Públicas - UECE.

ORIENTADORA:

PROFA. DRA. MARIA HELENA DE PAULA FROTA

A energia que todos os dias me fazem caminhar por estas vias que a vida me apresenta, e que me fazem percorrê-las com paciência, perseverança, destemor e discernimento.

AGRADECIMENTOS

A minha mãe, cuja vida foi dedicada aos filhos e por seus atos que nos deixou um exemplo de vida único, sempre merecedora de gratidão.

A minha maravilhosa família, Alfieri, Thiago e Thiciana alicerçares de minha vida sempre tão acolhedores e pacientes.

A Profa. Maria Helena de Paula Frota pela contundente orientação, paciência e tolerância sempre dispensada a mim.

Ao Prof. Horacio Frota, cujo incentivo e receptividade fizeram com que eu acreditasse que seria possível concretizar esse sonho, e pela a oportunidade de vida proporcionada a mim.

A Profa. Socorro Osterne, pela atenção e considerações feitas ao meu trabalho.

Aos amigos Cristiê Gomes Moreira e Claudia Inácio e Andrea Luz pela paciência e força nos momentos difíceis.

SOUZA, Maria de Fátima Albuquerque de Araujo. **POLÍTICAS PÚBLICAS DE GÊNERO SÃO POSSÍVEIS?** O Assentamento Lagoa da Serra – Caucaia/CE. 98 pp. Dissertação de Mestrado Profissional em Planejamento e Políticas Públicas – Universidade Estadual do Ceará – UECE: Fortaleza, 2010.

RESUMO

O estudo em questão fala sobre o tratamento dispensado à questão da mulher no campo. Isto nos despertou a curiosidade para entendermos o porquê da diferença sofrida até hoje pela maioria da população mundial que são mulheres. O porquê da existência deste projeto é a problematização que surge com o movimento dos trabalhadores rurais sem terra (MST) a respeito do tratamento dispensado às políticas de gênero no Assentamento Lagoa da Serra em Caucaia, Município da Região metropolitana de Fortaleza - Ceara. A questão que aborda esta problemática, diz respeito aos aspectos da história da vida das mulheres até então vistas e enquadradas basicamente no espaço privado, e convenientemente adequadas ao Estado capitalista e patriarcal. A limitação para as mulheres no espaço privado é uma demonstração da distinção nas relações sociais de gênero. A pesquisa teve como objetivo fundamental analisar as principais contribuições teóricas e políticas e as formas de organização do movimento dos sem terra com relação à construção da política de gênero. Esse trabalho em síntese tenta revelar novos rumos que a política de gênero busca atingir dentro do assentamento Lagoa da Serra – Sítios Novos – CE, através da história e a viva experiência de mulheres rurais.

PALAVRAS CHAVES: Gênero, participação, espaço público e espaço privado, MST.

ABSTRACT

This study talks about the treatment of the issue of women in the field. This aroused the curiosity to understand why the discrimination that today suffers most of the world, in which case are women. Why the existence of this project is problem-solving that comes with the movement of landless rural workers (MST) in respect of the treatment of gender policies in settlement Lagoa da Serra by the charge. The question that addresses this problem, concerning aspects of the history of women's lives so far seen and framed primarily in the private space, conveniently suited to the capitalist and patriarchal. The limitation for women in the private space is a demonstration of the distinction in gender relations. The research aimed to analyze the main fundamental theoretical contributions and political forms of organization of the landless movement in relation to the construction of gender politics. This work attempts to reveal in short new directions that the gender policy seeks to achieve settlement within the Lagoa da Serra - New Sites - CE. through history and the living experience of rural women.

KEY WORDS: Gender, participation, public sphere and sphere priovada, MST.

SUMÁRIO

Introdução	11
Percurso metodológico: Trajetórias Trilhadas ao Conhecimento	15
1. Algumas considerações sobre: Gênero, Participação, Esfera Pública e Esfera Privada.	23
1.1. As compreensões de gênero em um assentamento Rural	24
1.2. Participação e Gênero	35
1.3. Público e Privado	40
1.4. Divisão de Espaço Público e Privado	44
2. O MST e Sua História	46
2.1. Origem do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST	51
2.2. O MST hoje	52
2.3. As Mulheres do MST	57
3. A Pesquisa no Assentamento Lagoa da Serra	62
3.1. O assentamento Lagoa da Serra	63
3.2. O retrato 3 x 4 do assentamento – a tentativa de um perfil dos assentados	67
Considerações Finais	87
Bibliografia	89
Apêndice	92
Anexos	

INTRODUÇÃO

Analisar as relações de gênero, e acompanhar suas mudanças comportamentais, tem sido um grande desafio para os pensadores nesses últimos anos, especialmente quando nos dispomos relacionar essas mudanças oriundas na sociedade, levando em conta, as desigualdades nas relações de gênero.

Com apoio nessa observação acima descrita, a participação surge como um dos dados basilares e como procedimento para os que buscam a igualdade entre os sujeitos sociais, estes entendidos como fruto da história e como elementos integrantes de uma sociedade, que tem como destinatários homens e mulheres, que independem de classe, origem, raça ou etnia, e que trazem os aspectos predominantes de gênero.

È nessa trajetória que, mulheres e homens interagem para buscar resolver seus problemas e a organização é a maneira encontrada por estes, para se mobilizarem e se colocarem ordenadamente, em espaços onde esses atores tomam parte de alguma forma em uma organização social. Isto vem fazendo diferencial e apontando a participação nestes últimos anos como uma perspectiva possível. Por esse motivo uma das categorias por nos analisadas é participação. Sabemos que tem sido um desafio, principalmente quando nos dispomos interrelacioná-lo a sociedade, levando em conta, especialmente as desigualdades nas relações de gênero.

Nossa ambição foi verificar como estavam se dando as relações entre homens e mulheres dentro do Assentamento Lagoa da Serra. Organizamos este trabalho da seguinte maneira:

O primeiro capítulo tem por finalidade analisar as categorias gênero, participação, espaço privado e espaço público, aqui nos propomos explicar a parte teórica, tentando entender autoras como Joan Scott (1990), Maria das Graças Rua (2000), Maria Helena Frota (2004), Maria do Socorro Ferreira Osterne (2004), Clara Araújo (2001), Guacira Louro (1997), Maria de Jesus Izquierdo (1997), estas ofereceram grande base teórica para nossa compreensão desses conceitos.

Ainda no capítulo descrito acima discutimos a categoria gênero, focando seu conceito, na visão principalmente de Joan Scott (1990) e a categoria participação como uma das formas de se exercer a cidadania dessas mulheres. Assim buscamos observar o tema da participação na visão de Maria das Graças Rua (2000) sempre com o enfoque de gênero. Por fim tratamos à categoria espaço privado e espaço público com base em Alicia Puleo (2000) e Hannah Arendt (2001).

Hannah Arendt na sua obra *A Condição Humana* (2000), ao fazer referências às esferas pública e privada, nos reporta para a sociedade moderna que passa a existir com a sobreposição do público pelo social: uma sociedade caracteristicamente apolítica notadamente indiferente aos assuntos públicos. Em Hannah Arendt a política é a conjuntura maior e em potencial que permanece pelo fato de os homens atuarem em conjunto, é essa agregação de homens e da interação de idéias, que essas pessoas encontram a sua forma de manifestação, que se dá por meio de interlocução pública. Isto explica por que o seu entendimento de direitos está aportado na sociabilidade política, ou seja, o direito só pode ter êxito se houver o exercício efetivo dos direitos. portanto, esta é a síntese do pensamento de Hannah Arendt.

No segundo capítulo, intitulado O MST e sua história buscou trazer a história de como se formou o MST, evidenciando suas lutas de transformação em um movimento forte, fazendo um elo com o que representa o MST hoje. Também buscamos entender as mulheres do MST, tentando compreender seus papéis e percursos, que fizeram diferença dentro do movimento de trabalhadoras rurais, buscamos seus pensamentos políticos e suas formas de participação. Acreditamos conveniente que essa reconstrução de como este, foi construído uma forma pertinente de demonstrar que através da luta e participação, nossos anseios podem ser realizados.

O terceiro capítulo, intitulado A pesquisa no Assentamento Lagoa da Serra, buscamos contextualizar o assentamento em questão, lugar onde a pesquisa foi realizada. Escrevemos a sua história, dando destaque aos aspectos políticos, econômicos e sociais, e procurando colocar em foco, as relações de gênero dos assentados. Para essa contextualização, nos amparamos em documentos do próprio movimento e na própria pesquisa, apresentada através da apuração dos dados.

Procuramos, por meio do questionário desenvolvido com os moradores, compreender como estão se dando as relações entre homens e mulheres, e como se dá a participação dessas mulheres nos espaços participativos (associações, sindicatos, reuniões, partidos políticos, encontros de casais, movimentos religiosos, etc.). Tivemos também o cuidado de verificar o que tem contribuído para a modificação das desigualdades nas relações de gênero, e de que forma é vista a atuação delas.

Nas considerações finais tratamos de nossos problemas surgidos ao longo de nossa pesquisa; agrupamos algumas conclusões sob o nosso ponto de vista e também

fizemos algumas sugestões como um esforço nosso em poder colaborar para a melhoria da vida de homens e mulheres e, principalmente para repensar essas relações.

PERCURSO METODOLÓGICO: Trajetórias Trilhadas ao Conhecimento

A PREFERENCIA PELA INVESTIGAÇÃO

“Todas as formas lógicas, com as propriedades características, nascem do trabalho de investigação, e referem-se a sua aferição, no que concerne á confiabilidade das asserções produzidas” (apud, ABBAGNANO, 2000: 584)

A preferência em pesquisar, como estão se relacionado os assentados em Lagoa da Serra, nasceu a partir de nossa curiosidade em entender como estão sendo postas em pratica as políticas de gênero no movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Após a definição dessa estratégia, observamos que uma das propostas do movimento é a implementação dessa política e para isso foi criado um setor específico para trabalhar as relações de gênero.

Tomando por base que o MST criou um projeto específico para gênero, isto não irá configurar que na prática, haja realmente uma política pública de igualdade para homens e mulheres, isto não tirando o mérito dos dirigentes do movimento em preocupar-se com relação à temática, caracterizando assim que houve na realidade certa inquietação que foi diagnosticada por essas pessoas.

“O movimento coloca como principio fundamental contribuir para criar condições objetivas de participação igualitária da mulher na sociedade, garantindo-lhe direitos iguais” (MORISSAWA, 2001)

Sabemos porem que na realidade encontra-se enorme dificuldade das comunidades em serem acompanhadas pelo setor em questão para implementação dessa política, não só de ordem econômica, mais, principalmente porque a efetivação para a implementação, exigindo muito tempo, depende também de um grande empenho para fazê-los participar e compreender a importância dessa política.

“O movimento de conquista da terra e resistência na terra integra hoje a luta de classes. Mas, historicamente, a masculinização das classes trabalhadoras é um fato, além disso, no campo, o patriarcalismo é dos mais arraigados. Então onde estão as mulheres nessa luta? Que papéis desempenham como integrantes de um movimento misto pela terra?” (Janaina Stronzake, 2007)

O movimento nos dá a impressão que esta, é uma prática cotidiana na vida dos componentes do MST. Procuramos então, verificar de que forma essas relações estão sendo colocadas em prática pelos assentados. Então diante deste fato procuramos averiguar o que foi adotado pelo movimento a partir do assentamento em questão, com relação à aplicabilidade dessa política, e se havia um acompanhamento, enfim se o movimento teve intenção de efetivar uma mudança com relação a essa questão.

Ao abordarmos às comunidades, observamos no assentamento um grande número de mulheres que não participavam sequer de reuniões. Ao conversarmos com algumas delas ficou claro que havia a dificuldade com relação aos filhos menores de onde deixariam e também com relação aos afazeres domésticos, “a lida da casa”. Os relatos dos assentados nos mostraram as dificuldades enfrentadas para se manter no assentamento, por falta financeira e até de apoio institucional.

“No entanto, o espaço de atuação das mulheres no interior do movimento não foi conquistado de mão beijada. É fato conhecido que, no meio rural, persistem obstáculos e preconceitos maiores em relação à participação feminina. Inicialmente, por força do próprio meio familiar, a ação da mulher era restringida ao cuidado dos filhos e às tarefas domésticas” (Janaina Stronzake, 2007)

Pautadas por essas ansiedades acima descritas definimos nosso objeto de pesquisa, e começamos perfilar as categorias a serem trabalhadas em nossa investigação. Portanto decidimos que seriam úteis ao nosso trabalho os temas sobre

gênero, em seu conceito; participação, sempre com o enfoque em gênero; e espaço privado e espaço público. A investigação teórico-metodológico, em relação a essas categorias resultou na definição destas, que ajudou o presente trabalho a entender o encadeamento das idéias do objeto de estudo e examinar o que de fato existe no espaço onde se inserem os sujeitos sociais desta busca.

Para chegarmos ao objetivo do que nos propomos nesta pesquisa e alcançarmos uma análise central verificamos em que medida a participação dos trabalhadores rurais influenciam nos espaços de tomada de decisão, garantindo inclusive, que seus interesses sejam atendidos.

Identificamos as principais estratégias de mediações adotadas pelos trabalhadores e trabalhadoras rurais, na perspectiva de originar a sua importância e reconhecimento, e como se projetam elas dentro da comunidade; Investigamos também como as relações diárias entre homens e mulheres podem ser passíveis de modificações a partir da ação política dessas trabalhadoras rurais.

O Assentamento Lagoa da Serra no Município de Sítios Novos em Caucaíia foi o espaço por nós escolhido. Algumas questões de ordem prática foram levadas em consideração, na escolha do assentamento, uma delas foi à proximidade com Fortaleza, e a facilidade para a realização da pesquisa em campo, uma vez que contamos com a ajuda de algumas pessoas ligadas ao movimento. Isso nos deu maiores condições e nos favoreceu para a efetivação dessa pesquisa.

Inicialmente, exploramos a comunidade rural selecionada fazendo, um levantamento e análise para verificar se havia ações do movimento e atendimento as mulheres, inseridas no assentamento (MST). Na intenção de atingirmos um rigor teórico-metodológico no trabalho, evidenciamos alguns instrumentos que foram essenciais para a aquisição de informações, leituras e coleta de dados, entre eles a pesquisa bibliográfica, onde obtemos um abrangente material de trabalhado, a pesquisa em jornais, livros e a própria pesquisa de campo, que se realizou por meio de entrevistas e observações com a finalidade de entendermos o cotidiano dessas mulheres e homens; ou seja, como se relacionavam esses atores Este material compôs nosso instrumento para o diagnóstico da pesquisa.

Optamos em fazer uma pesquisa qualitativa e quantitativa. A pesquisa quantitativa foi utilizada com o objetivo de delinear um perfil dos trabalhadores rurais pesquisados. Para isso, aplicamos um questionário contendo dados com a faixa etária, participação em atividades, renda familiar, renda pessoal, número de filhos, estado civil, escolaridade, dificuldade da relação entre homens e mulheres dentre outras.

Também procuramos observar como são distribuídas as atividades (na agricultura, na criação animal, transporte da água, atividades domésticas, cuidados com os filhos e comunitários) entre esses homens e mulheres, com o propósito de verificar quem realiza e como são desempenhadas estas atividades. Tivemos também o cuidado de verificar quem toma e como são as decisões na família acerca desses trabalhos

A pesquisa qualitativa foi elaborada por meio de entrevistas que foram feitas com observação em campo para desenvolver a compreensão em uma realidade que

envolve homes e mulheres em uma conjuntura onde se fala sobre os temas participação e relações de gênero.

Na opção pelos sujeitos que participaram da pesquisa, houve uma preocupação, na intenção de ouvir homens e mulheres do assentamento. Das 60 famílias assentadas participaram ao todo quarenta (40) pessoas, sendo vinte e nove (29) do sexo feminino e onze (11) do sexo masculino, onde aplicamos o questionário e 06 pessoas que se sentiram a vontade para participarem das entrevistas com perguntas abertas.

Os pesquisados estão na seguinte faixa etária: uma (01) pessoa no intervalo de 71 – 80 anos; quatro (04) pessoas no intervalo de 61 - 70 anos; nove (09) pessoas no intervalo de 51 - 60 anos; oito (08) pessoas no intervalo de 41 – 50 anos; dez (10) pessoas no intervalo de 31 – 40 anos e oito (08) pessoas no intervalo de 20-30 anos.

No que tange a escolaridade, treze (13) são Analfabetos; nove (09) tem Educação Básica; nove (09) tem o ensino fundamental incompleto; três (03) tem o ensino fundamental completo; quatro (04) tem o ensino médio completo; um (01) está cursando o nível superior e um (01) está cursando Pós Graduação em Psicopedagogia.

No que diz respeito ao estado civil e o número de filhos: quatro (04) são solteiros; dezoito (18) são casados; um (01) é viúvo e dois (02) separados; não há relatos de divorciados; e união estável são quinze (15). A média de filhos é 4,82 filhos por família.

Relativo à ocupação, 97,5 % dos assentados trabalham na agricultura; só uma (01) pessoa trabalha fora da agricultura. A renda da família atinge as seguintes faixas: uma (01) pessoa não possui qualquer fonte de renda; vinte e seis (26) famílias ganham menos que um (01) salário mínimo; oito (08) ganham um (01) salário mínimo; três (03) famílias ganham dois (02) salários mínimos; uma (01) família ganha três (03) salários mínimos; e uma (01) família ganham quatro (04) salários mínimos, num total de quarenta (40) que responderam o questionário.

Preferimos fazer uso de entrevistas individuais, já que a comunidade é relativamente pequena. A aplicação dos questionários foi na intenção de saber o perfil socioeconômico e para fazer um diagnóstico de como são divididas as tarefas entre os membros da família, (na cultura, na criação animal, transporte de água, doméstica, cuidados com os filhos e comunitários), com a intenção de identificar: quem e como são realizadas estas atividades e assim verificarmos a profundidade dessas relações entre homens e mulheres assentadas. Preocupamos-nos também com relação às tomadas de decisões na família acerca dessas atividades.

Foram aplicadas entrevistas com seis (06) mulheres, com duração aproximada de cinco (5) a dez (10) cada uma. Essas mulheres têm destaque na comunidade, em razão dos papéis que exercem e pela dedicação aos trabalhos comunitários. São elas: A primeira (1ª) entrevista fizemos com Rosinete Fonseca de Sousa que faz Psicopedagogia e sempre presente nas decisões do assentamento; a segunda (2ª) com Francisca da Silva Andrade (por seu depoimento e sua história de vida); a terceira (3ª) com Joelma da Costa Moreira (pedagoga); A quarta (4ª) e última entrevista foi com Margarene Venâncio de Sousa (Agente de Saúde). Também foi idealizado um questionário para se

respondido pelos assentados com 22 perguntas, com o objetivo de tentar trazer a tona os anseios e a percepção de cada um sobre as categorias (participação e gênero), relacionando-as com a vivência desses atores na comunidade.

Procuramos fazer um agrupamento das falas dos sujeitos desta investigação, colocando em ordem os diferentes modos de pensar e expressões, associando-os com a realidade cotidiana de mulheres e homens da pesquisa em questão. As falas e declarações foram feitas em separado com os homens e mulheres da comunidade. Esses dados, foram informações prioritárias que após serem cruzados esses nos forneceram uma análise mais aproximada da realidade estudada.

CAPITULO I

Algumas Considerações Sobre: Gênero, Participação, Esfera Pública e Esfera Privada.

AS COMPREENSÕES DE GÊNERO EM UM ASSENTAMENTO RURAL

Não há como falar de gênero sem tocar em comportamentos, entendimentos, valores e relações sociais, que há muito são tidos como condutas naturais. A falta de equidade entre homens e mulheres é culturalmente edificada dia a dia em cada sociedade, sendo então manifestadas nos papéis sociais e na própria identidade sexual.

O conceito de gênero veio oferecer outro olhar e desestruturar o entendimento já enraizado de que homens e mulheres têm papéis sociais diferentes porque pertencem a naturezas diferentes. Ao virmos ao mundo somos apenas macho ou fêmea, e é só no decorrer de nossa existência que passamos a aprender a ser homem e mulher, ou seja, somos manipulados e conduzidos a assumir papéis pré estabelecidos pela sociedade, para nos tornarmos cidadãos.

“Ninguém nasce mulher: torna-se mulher. Nenhum destino biológico, psíquico, econômico, define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade; é o conjunto da civilização que elabora esse produto intermediário entre o macho e o castrado que qualificam de feminino. Só a mediação de outrem pode constituir um indivíduo como outro.”
(Beauvoir, 1987).

É na sociedade então que são definidos estes papéis, aos quais ela mesma se encarrega de moldar perfis e modelos sócio-cultural que decidirão como deverão proceder o homem e a mulher, quais a ocupação e que perfil vai ser adequado a cada um. Por isso que podemos dizer que os seres humanos são mais um resultado elaborado da própria sociedade do que da natureza. Serão conceitos e valores, perpetuados ao longo da história, para atender a uma estrutura de subjugação.

Tomando por base essas conjunturas acima, o conceito de gênero, ao ser gerado, vai expressar a forma encontrada para dar uma significação das condições e relações diferenciadas que são geradoras de conflitos entre os homens e mulheres, acomodadas no decorrer dos anos, nas quais estariam desde o principio nas relações desses sujeitos e organizadas de acordo com a ordem hierárquica em todas as instancias sociais. Esse conceito foi originado e colocado em execução a partir do empenho de estudiosas e feministas do século XX, como esclarece Joan Scott (1990):

“O termo gênero faz parte de uma tentativa empreendida pelas feministas contemporâneas para reivindicar um certo terreno de definição para insistir sobre a inadequação das teorias existentes em explicar as desigualdades persistentes entre mulheres e homens. É a meu ver, significativo que o uso da palavra gênero tenha emergido num momento de grande efervescência epistemológica entre os pesquisadores das ciências sociais, efervescência que, em certos casos, toma forma de uma evolução dos valores científicos para os modelos literários ”. (SCOTT, 1990)

O conceito gênero tem recebido diferentes interpretações, sendo um conceito designativo que se aplica a realidades distintas, mas com a mesma natureza, assim sendo, em construção onde vários pontos de vistas concordam e discordam na elucidação das relações sociais entre homens e mulheres.

Para Joan Scott, a categoria gênero exerce duas formas essenciais. uma, “é um elemento constitutivo das relações sociais, a partir das diferenças percebidas entre os sexos” (1990, p.8). Aqui gênero toma forma basilar das relações sociais, ou seja, existe uma construção social cujo fundamento principal tem base em gênero.

Como elemento de construção das relações sociais, Joan Scott percebe que existem, vários componentes a serem levados em consideração que são inter-

relacionados. O primeiro componente trata-se de símbolos culturalmente construídos para edificar uma mística eficiente que servirá como molde para a mulher, como é o caso da figura do contraditório nos quais estas são enquadradas as mulheres. Trata-se de imagens conflitantes de que foram fundamentadas na história, tomamos como exemplo, a história da Virgem Maria e a fábula de Eva, isso é uma das formas de moldar um comportamento social.

O conceito de gênero vai adquirir um perfil que elucida valores e símbolos, que irão ser culturalmente estabelecidos, sendo assim importantes para as relações de poder na sociedade. “O gênero é um elemento constitutivo de relações sociais fundadas sobre as diferenças entre os sexos, e o gênero é um primeiro modo de dar significado as relações de poder.” (Scott, 2002).

Outro elemento de construção que Joan Scott percebe, são normas que são consideradas por essa autora como “oposições binárias do pensamento tradicional” demonstrando que estas são históricas e socialmente construídas que vão garantir as categorizações em termos de diferença sexual. O propósito de Joan Scott é que essas evidências percebidas nas relações de gênero seria base para uma análise de classe sociais, raça, etnia, assim como de qualquer outro processo social.

Segundo a referida autora, quando a questão de gênero é submetida a uma categoria de análise científica, investiga-se a relação entre sexos, tomando por base, as questões sócios culturais construídas ao longo da história, compreendendo dessa maneira, significações mais amplas nesse assunto de análise, isto é, na categoria em

questão abre reflexões nos estudos, não de um ponto de vista meramente biológico ou organizacional, mas com uma idéia que cria um ajustamento social e simbólico.

Quando se coloca gênero como categoria analítica, busca-se uma análise da relação entre sexos, apoiada nos conteúdos culturais e sociais construídos historicamente, abrangendo dessa forma, significações mais amplas nesse campo de pesquisa, pois a referida categoria alarga os limites dos estudos, não em uma perspectiva meramente biológica (sexo) ou estrutura de classes sociais, mas em perspectiva que constrói uma relação social e simbólica. (Kergoat, & Scott, 1987).

Em geral, esta categoria tem ocupado o centro das análises das questões relativas às mulheres em diferentes aspectos das relações sociais. Ressaltando mais uma vez a compreensão do termo gênero se torna importante na medida em que, o termo é fundamental para a identificação e o combate das complexas formas de pensamento as quais defendem a hierarquia entre pessoas.

“Os debates em torno de gênero procuravam explicar as diferenças entre os sexos invocando a natureza, e sempre buscaram perpetuar tais diferenças por meios legais. Por uma espécie de lógica circular, uma presumida essência, seja do homem seja da mulher, acabou por constituir-se como justificativa para leis e atitudes políticas, quando, na verdade, essa essência – histórica e contextualmente variável – não era senão um efeito das leis e das ações políticas”. (Scott, 2002).

O entendimento de gênero como categoria de análise, é defendido por Joan Scott é compreendido por essa autora, como fator identificador da diferença sexual, isto já percebido como uma nova forma de percepção do termo que antes era abordado com uma visão identificadora dos aspectos sexuais das pessoas.

(...)esta categoria, foi empregada por muitos séculos em sentido figurado em termos gramaticais para identificar traços de caráter e sexuais das pessoas. Todavia, só muito recentemente, as feministas começaram a utilizar a palavra gênero, buscando um sentido de expressar a organização social da relação entre os sexos. A dimensão da palavra gênero, neste sentido, foi dada pelas feministas americanas que insistiam em interpretar o caráter eminentemente social das distinções fundadas sobre

sexo, rejeitando portanto o determinismo biológico implícito no uso das expressões sexo e diferença sexual, enfatizando portanto o aspecto relacional das definições normativas da feminidade”.(Frota, 2004).

Em seu livro “A cidadã paradoxal”, Joan Scott entende a categoria gênero como estrutura de produção de discursos – “gênero é um primeiro modo de dar significado às relações sociais, a partir das diferenças percebidas entre os sexos” (Scott, 2002). A forma de entender a diferença é que irá constituir as bases das relações sexuais entre os homens e mulheres. São as estruturas de poder, de regras sociais e institucionalização e de símbolos que irão definir o teor do gênero nas relações da sociedade. Como as sociedades apresentam-se com dispares comportamentos, dependendo de tradições, épocas e ambientes, também vinculadas a regulamentos, crenças, estruturas familiares e contextos políticos, referente a cada povo, as relações de gênero não se apresentam de forma padronizada.

Há influencia de classe social, raça, idade entre outros contextos fazendo com que alguns se privilegiem de mais oportunidades para desenvolver-se que outros. A categoria gênero é de suma importância para a explicação das relações sociais entre homens e mulheres.

Outra autora que também vai trabalhar com a temática gênero é a antropóloga e socióloga Clara Araújo. Em publicação na Revista Crítica Marxista, ela dá importância ao conceito de gênero pelo fato deste sido usado pelas feministas marxistas, e precisamente porque permitiu ao movimento realizar um diagnóstico das desigualdades das relações de gênero em sociedade.

“O conceito de gênero surge da tentativa de compreender como a subordinação é reproduzida e a dominação masculina é sustentada em suas múltiplas manifestações buscando incorporar as dimensões subjetiva e simbólica de poder, para além das fronteiras materiais, e das conformações biológicas.” (Araújo, 2000).

O pensamento de Clara Araújo nos faz raciocinar e querer respostas para entendermos a continuidade das relações desiguais entre os sexos, que de certa forma geram opressão. Este conceito vai nos fazer perceber gênero de forma relacional, nos impulsionando a tentar alterar uma estrutura preexistente, onde homens e mulheres são sujeitos inseridos em um contexto social. A partir dessa categoria foi possível diagnosticar como se desenvolvem essas relações sociais.

Clara Araújo vê que as relações de gênero são criadas por homens e mulheres, isso fica caracterizado que, não nascemos com um atributo específico, na realidade, estas distinções vão sendo inseridas ao longo de nossa existência, diante das experiências que vamos passando. São essas atribuições que vão construir ou não, as diferenças e desigualdades que irá nos caracterizar em nossa existência.

“O conceito de gênero surgiu na tentativa de compreender como a subordinação é reproduzida e a dominação masculina é sustentada em suas múltiplas manifestações, buscando incorporar as dimensões subjetiva e simbólica de poder, para além das fronteiras materiais e das conformações biológicas. A possibilidade de pensar as políticas materiais e, ao mesmo tempo, as construções simbólicas, evitando o essencialismo biológico ou a sustentação exclusiva na dimensão econômica, fez com que esse conceito fosse assumido também pelo feminismo da base marxista, preocupado em responder à permanência de relações de opressão entre homens e mulheres”. (Araújo, 2000)

A figura do masculino começa a se delinear vinculada com a figura que tem mais importância. O homem é a autoridade máxima. É nestes primeiros contatos que a

figura feminina vai se diluindo com e as relações de trabalho vão se tornando mais ou menos importantes e até sem nenhum valor.

A princípio foram diversos os casos em que os estudiosos dessa questão ao abordarem sobre essa categoria, não deram continuidade ou nem ao menos obtiveram resultados em suas observações sobre gênero, pois em seus estudos iniciais enfocavam em suas análises apenas a figura da mulher, não levando em conta que, para se ter um embasamento e se compreender as relações sociais tornam-se indispensável uma análise das relações entre as categorias homens e mulheres, pré requisito para todas as construções de uma sociedade, e é nesse aspecto que aparece o conceito de gênero, ou seja, como um entendimento mais completo das relações sociais. O conceito de gênero tem um enfoque não só da figura das mulheres, mas sim voltado para os dois sexos

“Mesmo em contextos econômicos e políticos diferenciados trata-se de importante recurso analítico para pensar a construção / desconstrução das identidades de gênero, isto é, os caminhos através dos quais os atributos e lugares do feminino e do masculino são social e culturalmente construídos, muito mais como significados do que como essência. Gênero é relacional, nesse sentido, um gênero só existe em relação com o outro. Essa característica permite considerar que tanto o processo de dominação quanto o de emancipação envolvem relações de interação, conflito e poder entre homens e mulheres”. (Clara Araújo, Crítica marxista feminista, Texto de publicação crítica marxista, outubro / 2000, N^o 11)

Maria das Graças Rua nos diz que, “É necessário entender, portanto, os mecanismos que vêm permitindo a reprodução dessa situação. Esta discussão tem como referencia o mundo privado das relações de homens e mulheres – que tem sido o mais ignorado – e suas interações na esfera pública.” (Rua, 2000), e que “grande parte das lutas sociais contemporâneas tem sido pela admissão dos sujeitos sociais na esfera do exercício da cidadania, como portadores universais”. (Rua, 2000).

Foi através do conceito de gênero que passamos a compreender as relações de semelhança de homens e mulheres e seus relacionamentos sociais, através dos quais definem distintos modos do exercício da cidadania. Como já foi dito anteriormente, a teoria vai também tentar analisar a forma com que vem se perpetuando estes modelos de geração para geração, contribuindo assim para dar continuidade aos desequilíbrios nas relações de gênero.

“Penso que deveríamos nos interessar pela história tanto dos homens como das mulheres, e que não deveríamos trabalhar somente sobre o sexo oprimido (...). Nosso objetivo é compreender a importância dos sexos dos grupos de gênero no passado histórico. Nosso objetivo é descobrir o alcance dos papéis sexuais e do simbolismo sexual nas diferentes sociedades e períodos, é encontrar o seu sentido e como eles funcionam para manter a ordem social e para mudá-la”. (Scott apud Frota)

Foi pelo meio destes estudos, que podemos fazer um diagnóstico de como as relações tão desiguais vieram sendo perpetuadas ao longo dos anos, e se sustentaram “embasadas por leis, instituições bem como pelo imaginário coletivo” (Rua, 2000). Compreendendo como estão se comportando a estrutura social vigente nos permitirá entender a reprodução dessa situação. Analisando como vão ser transmitidas estes papéis de geração a geração, Maria das Graças Rua vai colocar que:

“um processo de Generização, que converte as pessoas em gênero, desde o seu nascimento, atravessando toda a vida, resultando a introjeção dos diferentes papéis do sexo masculino e do sexo feminino. Essa interiorização das relações de gênero é um elemento constitutivo da personalidade dos indivíduos e aparece nas suas idéias e concepções sobre o mundo natural e social. Essa generização manifesta-se claramente quando a análise recai sobre o processo de socialização e a forma como são educados filhos e filhas”. (Rua, 2000)

Em decorrência do método usado para educar e a forma com que somos treinados a perceber o masculino e o feminino, assim são formados e transmitidos o sentimento

coletivo das novas gerações, as mulheres são conduzidas a uma prática voltada para a excelência moral, ação virtuosa, castidade, desambição, renúncia, de acordo com a estrutura dominante, assumindo a instrução e cuidado dos filhos. Para os homens também são estabelecidos papéis que são agrupados valores que são diferentes da mulher.

Esses estudos relativos à categoria gênero entraram em evidência no século XX, havendo diferentes formas de compreensão e conceituação. Só em 1975 que Natalie Davis manifestou-se a respeito do tema, aonde esta vem afirmar que, o surgimento desta categoria está relacionado a preocupações no que diz respeito à inexistência de informações que pudessem suprir à necessidade de colocar em evidência a condição de subordinação das mulheres.

Louro, entende o conceito de gênero buscando o auge do movimento Feminista francês. O pensamento das feministas francesas estas em constante luta contra o preconceito na questão de gênero, garantiu as mulheres direito ao sufrágio.

“A ‘segunda onda’ refere-se à construção teórica sobre o conceito de gênero, a uma transformação e construção do contexto político e social, em que o movimento Feminista se destacava. Assim, dava-se início aos estudos de gênero, nas diversas áreas, seja da Antropologia, Sociologia, Educação, etc, que apontam ou comentam as desigualdades sociais, políticas, e econômicas, jurídicas, denunciando a opressão e submetimentos em que vivia o gênero feminino”. (Louro, 1997).

Para essa autora o movimento Feminista veio justamente transformar o enfoque biológico das relações entre homens e mulheres para colocá-lo num aspecto social, passando a dar um diferencial entre sexo e gênero. É o que Guacira Louro diz:

“Ao dirigir o foco para o caráter “Fundamentalmente social”, não há contudo, a pretensão de negar com que o gênero se constitui com ou sobre os corpos sexuados, ou seja, não é negado a biologia, mas enfatizada, deliberadamente, a construção social e histórica produzidas sobre as características biológicas. (...) Pretende-se, dessa forma, recolocar o debate no campo do social, pois é nele que se constroem e se reproduzem as relações (desiguais) entre os sujeitos. As justificativas para as desigualdades precisariam ser buscadas não nas diferenças biológicas, mas sim nos arranjos sociais, na história, nas condições de acesso aos recursos da sociedade, nas formas de representação.”(Louro, 1997).

A professora de teoria sociológica e coordenadora do grupo de estudos sentimentos emocionais e sociedade (GESES), Maria Jesus Izquierdo chama atenção para a visão equivocada que a sociedade tem no que diz respeito aos termos sexo e gênero como se fossem a mesma coisa, e esclarece que:

“Ao dizermos que alguém é mulher, estamos supondo um sexo, mas também supomos muitas outras coisas: dona de casa, passiva, mãe, má motorista, afetiva, etc..Ao dizermos homem, junto ao sexo, atribuímos qualidades como: investigador, profissional, agressivo, racional, pouco detalhista, etc... Isto se deve ao fato de que, com estes termos, fazemos referência a uma realidade complexa que se ordena em três níveis: 1. o Sexo: macho e fêmea; 2. o Gênero: feminino e masculino; 3. a identidade psicosssexual: heterossexual, bissexual, homossexual. Esses três níveis se identificam de um modo confuso, sobretudo no caso de pessoas que não se ajustam ao modelo dominante.”(Izquierdo, 2003).

Com isto Izquierdo nos diz claramente que em relação ao sexo, todos somos macho e fêmea, com suas múltiplas especificidades. E ao lutarmos por igualdade entre homens e mulheres não se quer que sejam esquecidas as diferenças, mas ao contrário, queremos com que estas diferenças sejam analisadas, e vistas como próprias de cada um com respeito. No que diz respeito ao termo gênero, somos masculino ou feminino, com ações próprias, espaços e perfis sociais distintos. Na realidade o que reproduz as desigualdades sociais são as interpretações sobre as diferenças entre homens e mulheres, e não as relações de poder que se exerce sobre essas diferenças.

PARTICIPAÇÃO E GÊNERO

O tema da Participação tem gerado uma série de debates e variados conceitos já há muito tempo. Muitas pesquisas foram feitas, especialmente pelos estudiosos do assunto, o que coloca este assunto em evidência. No entanto entender o conceito de participação é compreendê-lo como processo de construção, já que participar implica em assumir compromissos. É necessário ressaltar que é muito importante a união da sociedade civil para a conquista de direitos e viabilização da cidadania, conseqüentemente isto vem a ocorrer através do processo da participação.

Desde que o fenômeno da participação política passou a ser um problema enquanto fenômeno político, os estudiosos procuraram compreender as diferentes formas de participação, antigas ou novas, que, em cada época e em cada contexto histórico, adquirem maior ou menor relevância. Mas continua sendo um grande desafio para os estudiosos compreender, tratando-se dos cidadãos, os motivos que os levam a participar ou as razões da apatia da grande maioria diante dos assuntos políticos. (Avelar, 2002).

A participação Política pressupõe desde uma simples conversa sobre política até a mais alta complexidade de participação que pode ser um protesto, um voto e mais uma série de atitudes que você possa tomar que vai lhe dar fortalecimento e ampliação dos direitos à cidadania. É através do processo de participação que podemos influenciar e mudar as estruturas dominantes, através do exercício democrático. “O ideal democrático supõe o envolvimento dos cidadãos em diferentes atividades da vida política. (Avelar, 2002).

Mas infelizmente isso na maioria das vezes não ocorre de forma responsável e a sociedade é conduzida a dar continuidade às estruturas que ditam as regras do jogo. Pedro Demo explica isso assim: “A população entra em cena como matéria de manipulação eleitoral, é massacrada por assistencialismos gritantes e conduzida às urnas da forma mais tutelada possível (DEMO, 1988)”.

Para a professora Gloria Gohn, a participação foi uma questão que esteve presente desde os tempos mais antigos, perpassando os tempos de lutas contra a escravidão ainda nos primeiras décadas do século XX. Segundo essa pensadora: “A participação é um tema presente desde os tempos de lutas da colônia contra a metrópole, passando pelas lutas contra a escravidão e pelo sindicalismo anarquista nas primeiras décadas deste século” (GOHN, 1999).

Sob o ponto de vista de gênero, participar pressupõe uma busca de independência e organização individual que pode ter como consequência tanto enfrentamentos, como cooperação e acordos, isto nos reflete um envolvimento de caráter político. Em assentamentos envolvem mais, como vantagens, oportunidades e ocasiões que poderão tornar suas vidas mais favoráveis.

A participação das mulheres junto ao MST é bem presente em toda a vida do assentamento, na fase de ocupação “elas aparecem lutando de forma igualitária: estão presentes nos saques, nas mobilizações, sofrem a repressão policial tanto quanto os homens e, ainda, servem como importante elemento estratégico na ocupação. (Rua, 2000)

Nos assentamentos, é através de participação em reuniões que a conquista pode ser viabilizada. Ao se integrarem aos grupos, que é o fundamento principal dos sujeitos que vão compor a estrutura organizacional, que pode ser através de associações, cooperativas, os assentados passam a ter visibilidade e prosperam nas suas conquistas.

“Os núcleos – também chamados de grupos – costumam ser a base da estrutura organizacional, seja ela de cooperativa ou de associações. Eles podem formar segundo critério de vizinhança, por laços sociais estabelecidos durante o período de acampamento, por continuidade das áreas e também por interesses políticos. Nos assentamentos maiores, os núcleos podem ter até 50 pessoas.” (Rua, 2000).

A participação da mulher também é de fundamental importância na tática para ocupar a terra, fazendo com que diminua as medidas violentas. As mulheres surgem de forma relevante, que participam de maneira atuante e impulsionam a luta. Apesar disto, é mencionado que a mulher acaba por tomar para si uma função de apenas auxiliar no que diz respeito à luta e, ficando ela apenas com os trabalhos domésticos, sendo utilizada apenas como um apoio aos homens. Sua participação é entendida somente como um apoio às atividades dos homens: “A participação feminina é limitada por constrangimentos fundados em papéis de gênero, que impedem de livremente se ausentar do assentamento.” (Rua, 2000).

Maria das Graças Rua defende uma série de hipóteses que a nosso ver torna-se pertinente e explica este afastamento das mulheres das atividades dos assentamentos: “Uma dessas hipóteses é que o desempenho de papéis de gênero estabelece referenciais diferenciados entre os sexos, afetando o cálculo de custo/benefício a partir do qual decidem participar ou não.” Segundo Graça Rua é o comprometimento.

Outra hipótese segundo essa autora é a obrigação que ela tem com a casa e a família fazendo com que ela pense muito bem antes de se ausentar do lar e participe de atividades fora do assentamento: “É a lógica de participação feminina e o imperativo de planejar e selecionar estratégias para minimizar as alterações que seu afastamento para participar pode introduzir nas rotinas pelas quais ela é responsável”. (Rua, 2000)

Como última hipótese Rua entende que seria a autonomia que a figura do homem impõe nas decisões: “A incapacidade feminina de aquilatar a relevância da participação, o que interferiria não apenas na decisão da mulher quanto a sua própria

participação, mas também na sua reação frente á participação masculina, que expressa maior autonomia”. (Rua, 2000)

Dados da UNESCO nos relatam que no ano de 2000, aqui no Ceará o grau de participação nas atividades do assentamento eram que enquanto 25,2% dos homens faziam parte das atividades do assentamento, só 8,0% das mulheres desempenhavam alguma forma de participação. (Rua, 2000)

Tudo isso pode ser justificado pelo simples e notório fato de que: “Essas atitudes se sustentam, possivelmente, a partir de um forte embasamento em um código de valores que organiza as relações entre os indivíduos de ambos os sexos e inclui, entre os componentes, a subordinação feminina e a circunscrição da mulher ás responsabilidades reprodutivas.” (Rua, 2000).

Confirmando os dados acima nossa pesquisa nos mostrou que o grau de participação de mulheres é muito baixo, principalmente em atividades políticas que chega a 82,75% de mulheres que não participam de nenhuma mobilização política. Na atividade de sindicatos a falta de participação chega a mais de 51,72 %, mais da metade das mulheres não vão nem a reuniões da associação. Em falas das assentadas notamos que essas se sentem deslocadas e receosas em participar de qualquer coisa nesse sentido, pela própria presença dos homens.

PÚBLICO E PRIVADO

Dando continuidade a nossa análise trabalhamos também a noção de esfera pública e esfera privada. Muitas das pensadoras e teorias do feminismo compreendiam as relações entre homens e mulheres, como sendo uma dupla categoria, ou seja, o espaço público, classificado como do homem e o espaço privado como sendo próprio das mulheres.

Esta divisão que tinha como representação da esfera privada às mulheres, e em conjunto com elas o reflexo das desigualdades e supressão dos direitos, suas invisibilidades, condições dicotômicas em relação ao mundo do trabalho e seu enclausuramento no mundo doméstico, culminou em fazer passar despercebida uma análise mais profunda dos limites separadores dessas esferas. O que restou foi uma profunda falta de clareza e compreensão de como estavam se estruturando e se transformando no transcorrer dos acontecimentos históricos. Alicia Puleo percebe esta divisão e interpreta:

“A divisão liberal dos âmbitos (público e privado) e a legitimação da exclusão das mulheres no âmbito do público formam parte do discurso que fundamenta o patriarcado moderno. Quando as democracias modernas fazem sua aparição, quando os ideais ilustrados de igualdade e liberdade tem por fim uma tradição política, as mulheres excluídas durante largo tempo de exercício dos recentes adquiridos direitos civis e políticos” (PULEO, 2000)

Vista como uma esfera apolítica a esfera privada passa a ser percebida e pensada pelas feministas. Elas defendem que não é admissível conceber a coletividade de modo universal se não houver a junção das duas esferas. Elas trazem para a luz da

cientificidade a análise das relações que se estabelecem na esfera privada, e de como esta esfera tem relação direta com a esfera pública.

Questões cruciais como é o caso da reprodução, do trabalho doméstico dentre outras quando trazidas para a esfera de atuação política, elas não somente dão vida política e uma nova direção ao privado. Sob este olhar, é viável descobrir a esfera privada como um palco de admissível relações políticas, e estas duas esferas passam a ser reconhecidas como estruturas análogas. Hannah Arendt também vai conjecturar sobre as diferenças existentes entre as esferas. Segundo ela as esferas têm sua origem na ascensão da Cidade – Estado grega na Antiguidade. Segundo esta autora:

“Segundo o pensamento grego, a capacidade humana de organização política não apenas difere mas é diretamente oposta a essa associação natural cujo centro é constituído pela casa (oikia) e pela família. O surgimento da cidade-estado significava que o homem recebera, além de sua vida privada, uma espécie de segunda vida, o seu *bios politikos*. Agora cada cidadão pertence a duas ordens de existência; e há uma grande diferença em sua vida entre aquilo que lhe é próprio (idion) e o que é comum (koinon).” (ARENDR, 2001)

Aqui percebe-se que a esfera privada é vista como uma esfera geradora e mantenedora de perpetuar a vida. Na esfera pública, reconhecida como a vida na polis, política, que Arendt descreve como sendo:

“A esfera da polis, ao contrário, era a esfera da liberdade, e se havia uma relação entre essas duas esferas era que a vitória sobre as necessidades da vida constituía a condição natural para a liberdade na Polis. A política não podia, em circunstância alguma, ser um meio de proteger a sociedade; uma sociedade de fieis, como na Idade Média ou uma sociedade de proprietários, como em Locke. A Polis se diferenciava da família por somente conhecer ‘iguais’, ao passo que a família era o centro da mais severa desigualdade. Ser livre significava ao mesmo tempo não

estar sujeito às necessidades da vida nem ao comando do outro. Não significava submissão”. (ARENDR,2001)

A esfera pública aqui é aquela onde os cidadãos, livre das prerrogativas da esfera privada ou da obrigação, ressaltando que na realidade, amparados pelo trabalho desempenhado por escravo e mulheres nessa esfera, desempenhem a sua vida política. Seria o espaço do que é visível e da manifestação, no qual é particular a cada um e é identificado e distinguível, isto constituído pela ação. Segundo ainda Hannah Arendt:

“O termo público denota dois fenômenos intimamente correlatos, mas não perfeitamente idênticos: 1. significa em primeiro lugar que tudo o que vem a público pode ser visto e ouvido por todos e tem maior divulgação possível. (por oposição ao ocultamento a que se submete a esfera privada); 2. significa o próprio mundo, na medida em que é comum a todos nós e diferente do lugar que nos cabe dentre dele. Este mundo, contudo, não é idêntico á terra ou á Natureza(...) Antes, tem a ver como artefato humano, com o produto de mãos humanas, com os negócios realizados entre os que, juntos, habitam o mundo feito pelo homem. Conviver no mundo significa ter um mundo de coisas interposto entre os que nele habitam em comum, como uma mesa se interpõe entre os que se assentam ao seu redor” (ARENDR,2001)

Opostamente na esfera privada, as pessoas aqui inseridas vivem conectadas e permanecem conforme suas necessidades, convivendo com ciclos biológicos naturais, onde brota e se desfaz a vida, tudo ocorrendo no sombrio interior do lar. Com a ascendência da sociedade moderna (esta não mais compreendida como sociedade da sentido grego), segundo Hannah Arendt é na modernidade que aconteceu uma modificação essencial, ocorrida pela ascendência de uma sociedade alicerçada nos ideais liberais que defenderá a segurança dos direitos individuais como a propriedade, estabelecendo a configuração de uma nova esfera nem pública nem privada: a esfera social.

“A ascensão da administração caseira de suas atividades, seus problemas e recursos organizacionais – do sombrio interior do lar para a luz da esfera pública na apenas diluiu a antiga divisão entre o privado e o político, mas também alterou o significado dos dois termos e a sua importância para a vida do indivíduo e do cidadão, ao ponto de torna-los quase irreconhecíveis.” (ARENDET, 2001)

No pensamento de Hannah Arendt as fronteiras entre a esfera pública e a esfera privada mudam na concretização da esfera social moderna, e ocorre que o público é invadido pelo privado, gerando uma sociedade moderna despolitizada e alheia com relação às questões públicas, influenciada principalmente pela automação, fazendo com que crescesse o individualismo, a competição em tudo que o indivíduo percebe no mundo.

”A ascensão da administração caseira de suas atividades, seus problemas e recursos organizacionais – do sombrio interior do lar para a luz da esfera pública não apenas diluiu a antiga divisão entre o privado e o político, mas também alterou o significado dos dois termos e a sua importância para a vida do indivíduo e do cidadão, ao ponto de torna-los quase irreconhecíveis.”(ARENDET, 2001).

Isso significa a fragmentação do espaço público ou deformação das diferentes capacidades humanas, dentre elas a habilidade de desempenhar a atividade política, a qual só pode ser desempenhada na esfera pública, que é o espaço onde o ser humano vai fazer brotar o real embate de discursos entre iguais, e nessa dimensão política que o espaço público é o espaço de concretização do poder, pois depende da ação o do discurso para continuar a viver e existir.

A Divisão do Espaço Público e Privado

As feministas na intenção de encontrar uma resposta para a questão referente à diferença e a igualdade e as regalias que abriam um abismo entre os sexos, passaram a estudar as categorias público e privado. Algumas dessas estudiosas feministas defendiam que as relações entre homens e mulheres eram relações divididas em dois lados e passaram a classificar que o espaço público era espaço de homens e conseqüentemente o espaço privado era destinado às mulheres.

“A idéia de que a natureza das mulheres as destine ao silêncio e a obscuridade está profundamente arraigada em nossas culturas. Restrita ao espaço do privado, no melhor dos casos ao espaço dos salões mundanos, as mulheres permanecem durante muito tempo excluídas da palavra pública”(PERROT, 1998)

Essa teoria defendida por parte das feministas pressupôs em uma análise de certa forma contraditória, que as colocou numa situação que veio a impedi-las de reconhecer as nuances dos limites que separam essas esferas e também a inserção dessas mulheres nestes espaços. O que ocorreu foi uma grande confusão e a falta de entendimento de como estão se estruturando suas fronteiras no transcorrer da história.

Em relação à desconstrução da dicotomia, tivemos a grande contribuição das filosofas feministas. Segundo Alicia Puleo (2000), esses conflitos e contradições serviram para dar autenticidade para a questão de gênero e sexo. Essa teórica vai nos direcionar, dar seriedade aos enfoques feministas com relação à divisão sexual do trabalho.

Tradicionalmente considerada como a-política a esfera privada assume um novo aspecto após as concepções feministas. É a partir daqui que se passa a pensar que não seria possível mais conceber um mundo sem a articulação das duas esferas. Ocorre que as feministas vai nos trazer luz ao embate no que diz respeito à esfera privada, nos fazendo pensar no quanto essa esfera representa a sujeição de gênero e especialmente como esta inter-relacionada com a outra esfera. Por outro lado questões que são de suma importância para as mulheres, tais como, o trabalho doméstico e a reprodução, são entendidas tradicionalmente como não políticas. Estas relações foram trazidas por elas para a esfera pública e para a extensão da disputa política.

Com esta atitude as feministas aplicaram a arte da política no privado, dando um novo sentido para a esfera pública, sendo possível dar uma nova valorização para o espaço privado. Concluimos assim que as relações entre público e privado não são estruturalmente relações dicotômicas, apesar de estas serem usadas para justificar a perpetuação das relações na organização social.

“Pensemos, por exemplo, nas leis que passam a reger a vida de todos os integrantes de uma comunidade e nas decisões da política econômica que incide na vida cotidiana. [...]os estudos feministas tem impugnado a divisão entre os espaços público e privado. Tem mostrado que o âmbito privado também é um âmbito de relações políticas. Não é somente esse refugio de paz pintado pelo pensamento liberal. É um espaço onde há relações de poder e que não estão desvinculadas da estrutura de poder do âmbito público. Á partir desse enfoque crítico de gênero, o macrossocial e o microssocial mostram sua vinculação.”(PULEO, 2000)

CAPITULO II

O MST e sua História

ORIGEM DO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA - MST

“O fato é que todos aqueles que ainda têm a ousadia de falar e escrever, acreditam, ainda que de forma tênue, que o seu falar faz uma diferença”. (Rubem Alves)

A última categoria analisada é o movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. O MST teve sua origem em 1984. Seu principal objetivo é a conquista pela terra, com o intuito de concretizar a reforma agrária, que no caso é indispensável para a efetivação dessa política e tornar viável o sonho de uma sociedade mais igualitária.

“O MST surgiu no final da década de 70, em pleno regime militar, com a retomada das ocupações de terra e da luta pela reforma agrária. Sua fundação nacional, porém, ocorreu somente em 1984, aglutinando as diversas ocupações e movimentos de camponeses que haviam se organizado de forma incipiente até então. Em seu encontro fundador, o MST já estabeleceu os dois pilares que o diferenciavam dos movimentos camponeses anteriores. Primeiro, definiu-se como um movimento nacional, em vez de local ou regional, o que lhe possibilitou maior força e poder de resistência. Segundo, definiu-se como movimento familiar, em cujas instâncias e espaços de discussões participam, ainda hoje, homens e mulheres, adultos e jovens.” (Jornal *Le Monde*, 2007)

O MST é um movimento social que foi originado no Brasil que tem por objetivo a Reforma Agrária. Com o apoio da Comissão Pastoral da Terra, representantes de movimentos sociais, dentre estes sindicatos passaram a existir em janeiro de 1984, no Paraná (Cascavel), onde houve o primeiro encontro dos trabalhadores rurais para fundação do MST.

“Há 25 anos atrás em Cascavel (PR), centenas de trabalhadores rurais decidiram fundar um movimento social camponês, autônomo, que lutasse pela terra, pela Reforma Agrária e pelas transformações sociais necessárias para o nosso país.” (site do MST).

Mesmo pensando que o movimento é recente vamos nos reportar ao passado onde temos que relembrar as Ligas Camponesas que eram uma organização de camponeses que também lutavam por reforma agrária no sertão pernambucano na década de 1950, sendo o MST na verdade herdeiro desses que encabeçaram a luta pela reforma agrária.

“Em 1962 vários encontros e congressos foram realizados reunindo representantes de diversas ligas, a essa altura, a consciência camponesa estava formada no sentido da luta de uma reforma agrária radical”. Os camponeses resistiam na terra e chegavam a realizar ocupações de terras. Eles tinham por lema “reforma agrária na lei ou na marra”. (Morissawa, 2001)

Em meados do século XIX a Lei da Terra veio estabelecer que só pudesse adquirir a terra quem as comprasse ou as legalizasse em cartórios, transformando a terra em uma mercadoria que só as pessoas de posse pudessem adquiri-las.

“A Lei de Terras significou o casamento do capital com a propriedade da terra. Com isso a terra foi transformada em uma mercadoria á qual somente os ricos poderiam ter acesso.” (Morissawa, 2001)

A Lei da Terra foi o marco divisor de duas fases reconhecidas como As Lutas Messiânicas (1850 – 1940), “O líder colocava-se como intermediário na comunicação de Deus com o povo”(Morissawa, 2001), temos como exemplo o movimento liderado por Antonio Conselheiro que foi a Guerra dos Canudos; A segunda fase foram as lutas radicais espontâneas e localizadas (1940 – 1955). Aqui temos que relembrar que no Governo de Getúlio Vargas não houve avanços na questão agrária. “Durante todo este governo e os seguintes até 1964, as lutas camponesas, embora eventos isolados aconteciam em quase todo território brasileiro.”(Morissawa 2001). Nesta segunda fase da luta pela terra no Brasil, as lutas não

têm mais um caráter messiânico, e sim lutas organizadas, ou seja, com uma estrutura política definidas.

Um dos motivos pelo qual foi dificultada a reforma agrária antes de 1964 foi à constituição brasileira que só aprovava a desapropriação se antes fosse negociado o processo de indenização financeira, isso fazia com que tais desapropriações se tornasse inviáveis.

Foi no governo de João Goulart que foi colocada a questão da reforma agrária. Uma das reformas a que se propunha seu governo, era a Reforma agrária. Em um comício (Comício da Central) no dia 13 de março de 1964, declara como terras públicas:

“100 Km de cada lado de todas as rodovias federais. O governo tomaria terras improdutivas, isto é, pedaços de terra que os latifundiários, mesmo sendo donos, nunca tinha aproveitado e as distribuiria aos camponeses.”.(Morissawa 2001)

Este decreto, na realidade foi idéia do ministro Celso Furtado, que já antecipadamente prognosticava que com os novos pequenos proprietários, haveria o crescimento do mercado interno, porque, como donos e produzindo na terra, eles consumiriam. Conseqüentemente a indústria também cresceria, fazendo com que a economia do país crescesse.

Para executar esse plano, Celso Furtado já havia criado a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), com o intuito de viabilizar a reforma agrária e custear a industrialização do Nordeste.

“Essa idéia não foi tirada do nada. Ela fazia parte do plano de desenvolvimento brasileiro do ministro Celso Furtado. Previa, com os novos pequenos proprietários, aumentar o mercado interno, porque, sendo donos e produzindo na terra, eles teriam condições de consumir. Assim, a indústria também cresceria e, com ela, a economia do país. Vale lembrar que, tendo em vista seu plano, Furtado já havia criado a SUDENE (Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste), para cuidar da reforma agrária e financiar a industrialização dessa região” (Morissawa 2001).

Após o plano de reforma proposto por João Goulart, tropas militares ocuparam o território Brasileiro, e o movimento de luta pela terra sofreu violentas represálias por parte dos militares, com prisões e exílios.

Após este período de conflito no campo, os militares que se encontravam já no governo do Brasil, para contornar as tensões, decretam a primeira Lei de Reforma Agrária. Essa Lei foi elaborada pelos que realmente almejavam um projeto honesto de melhoria para os trabalhadores rurais, refletindo assim uma medida progressista:

“em 1964, o presidente-marechal Castelo Brando decretou a primeira Lei de Reforma Agrária no Brasil, em quase quinhentos anos, que foi denominada Estatuto da Terra” (Morissawa 2001).

Com o fim da ditadura militar houve a recuperação do crescimento brasileiro, e também a reorganização da luta no campo, “com a ocupação da fazenda Annoni, no Rio

Grande do Sul em outubro de 1980”(Morissawa, 2001). A ocupação da fazenda Annoni marca a origem da organização do movimento em âmbito nacional.

O MST HOJE

Hoje o MST atua em 24 Estados da federação nas cinco regiões do país. Segundos dados do MST, são cerca de 350 mil famílias. Atuando em conjunto com esta estrutura, encontramos outra, que é a dos setores, que são encarregados em atuar em uma dimensão mais ampla do movimento que são: Saúde, Direitos Humanos, Gênero, Educação, Cultura, Comunicação, Formação, Projetos e finanças, Produção, Cooperação e Meio Ambiente.(Site do MST, de 22/02/2010).

No Ceará, até o ano de 1988 o MST ainda não havia obtido boas respostas. Só em 1989, as ocupações foram tendo sucesso. Neste período o movimento ocupou com 300 famílias em Quixeramobim, 800 famílias em Canindé, dentre outros Municípios. Mesmo com a repressão da UDR, foram obtidas vitórias fundamentais para a construção do MST no Ceará.

Nesse movimento há a proposta de reconstrução de papéis sociais para homens e mulheres, e também há a preocupação de inseri-las ao espaço público. No Ceará a participação das mulheres é bem definida. São 36 dirigentes com 12 mulheres ocupando a direção nacional. Isso nos aponta que talvez o movimento esteja realmente dando a devida importância para esta questão.

Só nos anos 90 o referido movimento conseguiram grandes conquistas no Crato, Tamboril, Canindé, Massapé, Quixadá, e outros Municípios. Já levando em conta a força do movimento, e com este, o surgimento de um novo sujeito social. Tal

movimento passou a ser construído com estratégias políticas de ação e apoio de outros movimentos como a Comissão Pastoral da Terra (CPT), o Partido dos Trabalhadores (PT) e a Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais do Estado do Ceará (FETRAECE).

“Não há estrelas no movimento, e isto só ajuda na manutenção da democracia. A coordenação é eleita a cada dois anos e a base tem em efeito controle sobre a direção, podendo destruí-la se não corresponder aos princípios do movimento.” (coordenação, P.26, Gabinete da Deputada Luci Choinaski, PT/SC).

Para entendermos em que contexto o movimento surgiu, convém que façamos a seguinte retrospectiva: no ano de 1987 a 1990 existia a gestão de Tasso Jereissati; de 1991 a 1994 a gestão de Ciro Gomes; e de 2003 em andamento a gestão de Lúcio Alcântara. Neste período de luta social, entra também a luta de classe em que a mulher trabalhadora rural tenta romper com o preconceito, para ocupar papéis dentro do movimento.

È um desafio dentro de uma luta que caminha a passos lentos. A proposta das mulheres dentro do movimento é avançar na luta por uma nova sociedade, e pelo reconhecimento de seu papel social e pela conquista de classe e de gênero. Sabendo-se segundo o Coletivo Nacional de Gênero do MST, a questão do papel da mulher é de fundamental importância para o avanço dessa luta e da transformação de uma sociedade livre e de iguais.

Segundo Isabel Greem, no Artigo da Cartilha do MST “Compreender e Construir Novas Relações de Gênero”, nos momentos de crise ou de maior necessidade de mão-de-obra as mulheres, são chamadas ao mercado de trabalho, mas quando não há mais necessidade de sua força ela volta para casa sendo então apenas mão-de-obra de reserva.

O movimento com este entendimento nos desperta a curiosidade de verificar como hoje está sendo promovida a igualdade de gênero. Como estas famílias estão resgatando os valores de companheirismo, solidariedade, coletividade, auto-estima e soberania?

É importante debater e buscar formas de avançar e de incentivar a participação das mulheres do MST nessa construção de novas relações nos movimentos sociais do campo. “Homens e mulheres são produtos e vítimas da sociedade explorada que os criou e Educou. É contra ela essencialmente que mulheres e homens unidos devem combater”. (Samora Machel, P.11, Cartilha Mulheres Sem terra).

O setor de gênero nesse movimento é um espaço de troca de opiniões e informações a respeito das diretrizes que irão nortear as mulheres na luta por terra e em suas relações sociais em diferentes aspectos.

As desigualdades de gênero no meio rural agregam outras desigualdades sociais. Estas desigualdades são agravadas por uma série de fatores entre eles a precária condição de vida e a dificuldade de acesso a políticas públicas. A escassez de infraestrutura aflige principalmente as mulheres e crianças pelo fato de que para estas a residência é o espaço ainda mais vivenciado do trabalho feminino.

Porem nesse palco de ação dessas mulheres, mesmo fazendo parte ativa desse movimento as mulheres não conquistaram seu lugar sem luta. É de conhecimento que: “no meio rural, persistem obstáculos e preconceitos maiores em relação á participação feminina” é o que relata em 2007 o Jornal *Le Monde*.

A principio por ter origem vinculada ao círculo familiar, à atuação da mulher se restringia ao cuidado dos filhos e ao trabalho caseiro. Diante esse fato, a mulher encontrou espaço na área da educação que aqui pode progredir dentro do movimento alem da esfera familiar.

“Foi na área da educação, enfatizada pelo MST desde os primeiros acampamentos, que inicialmente se abriu um espaço para muitas mulheres que avançavam além do núcleo familiar. A organização de tarefas ligadas á saúde, como a produção de ervas medicinais e medicamentos naturais, também propiciava essas brechas. Porém as mulheres ainda estavam fora das esferas diretamente ligadas á política e á economia” (Jornal *Le Monde*, 2007)

Ao ser criado o MST por trazer em sua origem princípios socialistas adotou como preceito a visão de igualdade que respeitava as diferenças de gênero. Assim foi formado um coletivo de mulheres para efetivar a participação dentro do movimento. Para dar pleno direito a homens e mulheres o movimento em 1999 criou um modelo de praticas para atuação desses sujeitos. No Jornal *Le Monte*, foi publicada essa iniciativa do movimento:

1. A concessão de uso da terra nos assentamentos deve ser em nome da mulher e do homem;
2. Os projetos e recursos devem ser discutidos e assinados por toda a família;
3. As mulheres devem ser incentivadas a participar do planejamento, da execução e da administração das linhas de produção dos assentamentos;

4. Em todas as atividades do MST, deve haver paridade: 50% de mulheres e 50% de homens;
5. Todos os núcleos de base (células organizativas do MST) devem ter uma coordenadora e um coordenador;
6. Em todas as atividades do MST, deve estar organizada a Ciranda Infantil, garantindo a participação das mães;
7. Devem ser realizadas atividades de formação sobre o tema gênero em todas as instâncias do MST;
8. A participação de mulheres deve ser garantida nos setores de Frente de Massas e Produção e Meio Ambiente (tradicionalmente Masculinos);
9. A cooperação deve ser ampliada, desonerando as mulheres da dupla jornada de trabalho representada pelas atividades domésticas. Para tanto, devem ser implementadas lavanderias, refeitórios e outros serviços coletivos nos assentamentos;
10. As mulheres devem ser sócias nas cooperativas e associações existentes nos assentamentos, em igualdade de remuneração pelo mesmo trabalho, e com inserção na administração, planejamento e debates políticos e econômicos.

Esta proposta do movimento foi na intenção de fazer diminuir um pouco essas diferenças e trazer as mulheres para o seio do movimento com um pouco mais de equidade. No entanto é uma realidade distante ainda de ser alcançada. A clareza intelectual e as condições acima relatadas porém são um grande desafio ainda a serem conquistados.

As mulheres do MST

Neste segundo capítulo, iremos discorrer sobre o papel de mulheres que fazem parte do movimento dos trabalhadores rurais sem terra em seus percursos, trazendo a tona suas lutas. É de fundamental importância, o entendimento do papel dessas mulheres para o movimento e o percurso destas na luta por direitos dentro dos assentamentos.

“As mulheres, como força organizativa, desenvolvem ações reivindicativas, marcando a especificidade do movimento, e ações de ordem política mais geral, que demarcam a própria organização da sociedade” (Gurgel Silva, 2004).

Nesse momento a realidade dos assentamentos demonstra que o índice de pobreza que os afetam, atingem de forma diferenciada as mulheres. O que vem ocorrendo hoje principalmente com as mulheres é um ato heróico e extraordinário para garantir estabilidade e sobrevivência familiar, onde o encargo da administração dos meios pecuniários recai sobre estas e tende a transmitir de geração a geração a desigualdade nas relações de gênero. Isso acontece por causa da situação instável em que se encontram os serviços públicos principalmente para a população dos assentados onde as necessidades como saúde, educação e infra-estrutura quase não existem, colocando as mulheres numa situação que as obrigam a procurar uma forma para dar a provisão a suas famílias.

Sabemos que no meio rural as mulheres são população ativa, contribuintes e ajudantes, na luta para garantir a sobrevivência de suas famílias com seu trabalho, que

permanece sendo visto como uma simplória extensão dos afazeres domésticos. Na atualidade as mulheres ainda enfrentam muitos problemas a serem transpostos.

Ações de combate a desigualdade de gênero vem fazendo parte do movimento. A Marcha das Mulheres é uma forma de expressar essas lutas. È o que relata Suzana Campos, da Agência CONTAG de notícias, “A Marcha Mundial das Mulheres é um espaço muito rico de debates, formação e fortalecimento das mulheres em nível mundial”. Há também a Marcha Mundial de Mulheres que é uma das mobilizações realizadas pelo movimento de mulheres do MST. A Marcha nasceu no ano de 2000 e foi uma das formas encontradas também pelas mulheres do movimento de expressar seus anseios. Nessa forma de procurar serem ouvidas e atendidas essas mulheres afirmam a sua importância nas lutas no campo.

Outra forma que as mulheres do movimento encontraram para reivindicar seus direitos foi com A Marcha das Margaridas. Encontramos aqui uma forma estratégica de luta por igualdade. Em documento de 2007, elas lutaram contra a fome, a pobreza e a violência sexista. O documento da marcha elas relatam que:

“é uma ação estratégica das trabalhadoras rurais para garantir e ampliar as conquistas das mulheres do campo e da floresta. É um processo amplo de mobilização em todos os estados do país, promovido pelo movimento Sindical das Trabalhadoras e Trabalhadores Rurais: CONTAG – Confederação dos Trabalhadores da Agricultura, 27 FETAG’s – Federações de Trabalhadores na Agricultura, 4100 STTR’s – Sindicatos de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais e CUT – Central Única dos Trabalhadores, em parceria com movimentos de Mulheres e movimentos Feministas”

Outro movimento que merece destaque é a ANMTR – Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Brasil é, “um grupo formado por cerca de 20 movimentos organizados e grupos autônomos de mulheres do campo.”. Uma das lutas do movimento é discutir a discriminação da mulher no campo. Segundo Adriana Maria Mezadre, no dia 22 da coordenação nacional do movimento, diz que “as prioridades são a luta por um programa de saúde pública que atenda á mulher no campo, por acesso á aposentadoria e pelo reconhecimento da profissão da trabalhadora rural.”

Segundo Itelvina Masioli, da Direção nacional do MST e da coordenação da ANMTR “A mulher é mais discriminada no campo do que na cidade, mas uma mentalidade menos machista já está surgindo na área rural.”

"Historicamente, há uma cultura de que a mulher no campo é um apêndice do homem e tem que ser submissa. Na maioria das vezes, ela sequer tem documentos. O enfrentamento é diário, mas o fato de a mulher estar acordando e lutando por seus direitos faz toda a diferença na sua relação com o homem, com os filhos, com a sociedade." (AMNTR, 2009)

Percebe-se assim que apesar das lutas dessas mulheres a realidade é bem diferente. O que percebemos no Assentamento Lagoa da Serra e a falta de participação política e sindical e uma comunidade abandonada à própria sorte. O que vimos foi que a participação de mulheres no interior do movimento é escassa e tem encontrado resistências por parte dos homens e até de mulheres assentadas. É o que se percebe na fala da Assentada Joelma da Costa Monteiro, “Há resistências, as vezes as mulheres dão opinião e eles não acatam, tem que ser o que eles dizem e tem que ser”. Outro depoimento da senhora Margarene Venâncio diz que “As mulheres é a minoria que vão as assembléias, então, é muito discutido esse assunto ai, elas não tem muita vez não”. Essa é uma questão que tem que ser revista.

CAPITULO III

A Pesquisa no Assentamento Lagoa da Serra

O ASSENTAMENTO LAGOA DA SERRA

Para nossa pesquisa decidimos trabalhar com o Assentamento do MST, Lagoa da Serra Município de Caucaía no Estado do Ceará. “O Assentamento Lagoa da Serra foi decorrência da desapropriação da antiga fazenda Lagoa da Serra, no distrito de Sítios Novos, Município de Caucaía” (Cavalcante, 2007).

“O assentamento Lagoa da Serra possui área de 2.221,82 há, distante 56Km da sede do Município e 60 Km da capital do Estado de Fortaleza. O melhor acesso ao imóvel é feito pela rodoviária BR 222 até o Km 41, no Distrito de Catuana, onde se entra á esquerda, em estrada pavimentada em direção ao Distrito de Sítios Novos, daí segue-se em estrada carroçável, num percurso de mais 15 Km até a sede do assentamento.” (Cavalcante, 2007).

Transformou-se em assentamento do INCRA, organizado em 1995 após acordos entre agricultores já instalados na região, natural de Municípios adjacentes e de Municípios da própria área metropolitana de Fortaleza, estes estimulados pela localização, pelo fato da proximidade da Capital. Localizado no sertão norte do Estado, com clima semi-árido é referenciado por duas serras: a Serra das Danças e a Serra da Riscada e cortado pelo açude Sítios Novos. (Cavalcante, 2007)

A comunidade é formada por um conjunto de sessenta residências, com uma única rua principal, com trinta e quatro (32) casas a direita e trinta e três (28) casas a

esquerda. Cada terra dos assentados tem em média 35 metros de área construída, algumas compostas de sala, cozinha, banheiro e dois quartos, acomodados em terrenos que variam entre 1.500 a 3.000 metros quadrados sendo que, de cada lado do domicílio, existe um espaço de 20 metros destinados, á construção de casa para o assentado agregado. (Cavalcante, 2007)

As reuniões estão sendo realizadas segundo os assentados numa das residências e é lá que acontecem reuniões quinzenais dos assentados. Há transporte escolar para as crianças do assentamento devido a distancia de 2 km do assentamento. O acesso ao assentamento é difícil e alguns dos assentados possuem veículos particulares, motos e bicicletas. Há água encanada, mas as condições de sobrevivência são precárias sem uma unidade de saúde ou quaisquer outros bens comunitários.

A Fazenda lagoa da Serra foi desapropriada pelo INCRA em 28 de setembro de 1995. Sua desapropriação não resultou de luta ou ocupação, mas por interesse do próprio fazendeiro. O ato de criação em 28 de dezembro de 1995, por meio do processo de nº 31/87. (Oliveira, 2003).

As famílias chegaram ao assentamento no segundo semestre de 1996, por não haver ainda, à época da sua criação, condições estruturais para se estabelecerem no local: faltavam casas, água, comida etc. A maioria dos assentados é proveniente de localidades do interior do Estado, como Caucaia, Maracanaú e lugarejos próximos, sendo todos eles agricultores com experiência no plantio de feijão, milho e mandioca que trabalhavam em terras de fazendeiros como empregados, recebendo salários ou dividindo a produção. Alguns trabalhadores que migraram de outras regiões, como

Paraipaba, Matões e Itapebussu, também possuíam habilidade em irrigação, no cultivo de coqueiro, acerola, banana, graviola, mamão e hortaliças. (Oliveira, 2003).

Na fase de implantação do assentamento, todos passaram por treinamentos ministrados pelo INCRA. As famílias que vieram de centros urbanos, com exceção de uma, não se adaptaram à nova realidade e desistiram. De modo geral, foram atraídas para o assentamento na esperança de uma vida melhor. Inicialmente, foram cadastrados dois trabalhadores porque moravam próximo. Da antiga Fazenda Lagoa da Serra, três famílias permaneceram na propriedade. As demais famílias souberam da desapropriação através de amigos, parentes e do próprio INCRA. Com o advento dos recursos, para a fase inicial da implantação do assentamento, as famílias foram-se estabelecendo. (Oliveira, 2003).

A imigração foi significativa e, no final de 1996, instalaram-se no assentamento 60 (sessenta) famílias que receberam crédito de alimentação e fomento. Em razão de diversas dificuldades, como a seca ou a escassez de água e problemas outros decorrentes da própria organização e adaptação à nova realidade, algumas famílias deixaram o assentamento. O crédito para habitação destinou-se à construção de 55 (cinquenta e cinco) casas. Os assentados foram ainda beneficiados com custeio agrícola oriundo do PROCERA, mas já liquidado. (Oliveira, 2003).

Hoje no assentamento existem 60 (sessenta) famílias assentadas, mais 40 famílias esperando ser assentadas. “Na fase inicial para o processo de organização e fixação na terra, os assentados receberam da assessoria técnica do INCRA esclarecimentos sobre o que é um assentamento, sua finalidade e seus objetivos. Através de reuniões constantes, os assentados chegaram à conclusão de que a terra não seria

loteada, todos trabalhariam individual e coletivamente e organizar-se-iam em associação”. (Oliveira, 2003).

No intuito de finalizarmos os dados sobre o referido assentamento foi utilizada uma pesquisa que apresentaremos á seguir, que trata dos dados sócios – econômicos e do levantamento de dados das relações entre homens e mulheres assentadas.

O RETRATO 3 X 4 DO ASSENTAMENTO – A TENTATIVA DA CONSTRUÇÃO DE UM PERFIL DOS ASSENTADOS

A coleta de dados foi realizada com os assentados, e a aplicação de questionários, compõe a técnica de coleta utilizada, com vinte e duas (22) perguntas, que foram feitas com os moradores no mês de março de 2010. A entrevista foi o segundo ferramenta de pesquisa utilizada, que também aplicado com os mesmos.

Após a efetivação da pesquisa, fizemos a apreciação e interpretação dos dados, com o objetivo de organizá-los para facilitar o fornecimento de respostas aos objetivos propostos. Há dados que o método de tabulação e análise foi realizado através do Programa *Statistical Package For The Social Sciences (SPSS)*.

A verificação dos dados obtidos procurou constatar como as assentadas trabalham com as relações de gênero em Lagoa da Serra, Sítios Novos – CE. Empregamos a pesquisa descritiva com a intenção de avaliar como são operacionalizadas estas relações.

Sobre os aspectos sociais, os instrumentos de coleta permitiram o registro das seguintes variáveis: Sexo, idade, estado civil, número de filhos, quantidade de domiciliados, escolaridade, sexo do beneficiário assentado, local de trabalho, participação de mulheres, distribuição de tarefas, renda familiar, participação comunitária, participação sindical, participação política, religião, concordância e discordância de opiniões, estímulo á participação, igualdade nas decisões, reações dos

assentados á participação de mulheres, espaço de decisões e temas mais discutidos no assentamento.

Aplicamos os questionários com quarenta (40) famílias do assentamento, o que corresponde a 66,67% do contingente total, ou seja, vinte e nove (29) mulheres e onze (11) homens, totalizando quarenta (40) pessoas que aceitaram responder o questionário. Os resultados da pesquisa aqui apresentados de certa forma mostram a conjuntura e situação dos assentados de Lagoa da Serra, com relação as suas condições de vida, a partir de respostas obtidas a partir da aplicação do questionário.

Assim tentamos caracterizar as condições sociais e econômicas dos assentados e suas famílias. Também identificamos às atividades que ficam caracterizadas as relações desiguais entre gêneros, conforme explicitada na definição das variáveis. Fizemos uma análise comparativa de suas situações e atuações no assentamento. Procuramos também averiguar as condições de participação desses atores sociais envolvidos, de acordo com os resultados das entrevistas realizadas, identificando suas opiniões sobre essas relações.

A TABELA 1 mostra a família do assentado. Compõem-se, basicamente, do cônjuge e dos filhos. A família é constituída principalmente de pessoas do sexo feminino 72,5% contrapondo 27,5% do sexo masculino, conforme mostra a tabela abaixo.

Com relação ao sexo dos assentados, fizemos a observação que, muitos assentados se encontravam em domicilio por ocasião do feriado do dia dezenove (19) de

março, dia de São José. Mesmo assim, alguns estavam trabalhando no campo, outros cinco (5) se negaram a responder o questionário. Havia uma (1) casa que estava fechada, pois a assentada estava com *hanseníase*. Cabe colocar que encontramos certo temor entre os assentados para a aplicação do questionário e entrevistas.

Tabela 1 – Total percentual da pesquisa

Sexo	Total	%
Masculino	11	27,5
Feminino	29	72,5
Total	40	100,0

Fonte: Pesquisa de campo de março/2010.

Esses dados resultantes não estão de acordo com os dados do Censo Demográfico, 2000, do IBGE, em que a população que é domiciliada em Zona Rural de assentados do sexo masculino é maior do que a do sexo feminino, contrariando com a situação da Zona urbana.

Na TABELA 2 com relação a idade média do beneficiário (homem) está em torno de 45,45 anos, enquanto a do cônjuge situa-se em torno de 43,96 anos. A população da área pesquisada é basicamente constituída de pessoas jovens, sendo encontradas apenas cinco (5) pessoas com idade superior a sessenta (60) anos. Observamos que os beneficiários e seus cônjuges encontram-se, em sua maioria, na faixa de idade ativa, portanto aptos, á atividade de produtores rurais, com possibilidades de sustentar suas famílias.

Tabela 2 – Idade dos beneficiários assentados.

Sexo	Idade		
	Mínima	Máxima	Média
Beneficiário	25	71	45,45
Cônjuge	21	70	43,96

Fonte: Pesquisa de campo de março/2010.

A TABELA 3 diz respeito ao estado civil dos assentados, obtivemos dentro os sujeitos pesquisados 45% de assentados casados; 37,5 % se declararam em união estável; 10 % se disseram solteiros; 2,5 % viúvos e 5 % separados. Nenhum assentado se declarou divorciado.

Tabela 3 – Estado civil de homens e mulheres assentadas.

Estado civil	Total	%
Solteiros	4	10,0
Casados	18	45,5
Viúvos	1	2,5
Separados	2	5,0
Divorciados	0	0,0
União estável	15	37,5
Total	40	100,0

Fonte: Pesquisa de campo de março/2010.

A TABELA 4 com relação ao número de filhos dos assentados fizemos a média e obtivemos 4,82; encontramos casais sem nenhum filho ou seja, com o número mínimo zero (0) e o máximo 12 filhos no universo pesquisado.

Tabela 4 – Número de filhos dos assentados.

Assentados	Idade		
	Mínima	Máxima	Média
Filhos	0	12	4,82

Fonte: Pesquisa de campo de março/2010.

A TABELA 5 a família dos beneficiários compõem-se, basicamente, do cônjuge e dos filhos, dificilmente os pais ou outro parente moram juntos. Obtivemos que o mínimo de moradores da residência é de uma pessoa (1) e o máximo são de onze (11) moradores. A média encontrada de moradores domiciliados numa mesma casa foi de 4,87.

Tabela 5 – Média de moradores numa mesma residência.

Moradores	Residentes		
	Mínimo	Máximo	Média
Mulheres, homens e crianças	1	11	4,87

Fonte: Pesquisa de campo de março/2010.

A TABELA 6 nos mostra que apenas 2,5 % dos assentados chegaram a fazer Curso de Especialização, ou seja uma Pós – graduação. Também chegaram a fazer Curso Superior, mesmo incompleto 2,5 %. Os que terminaram o Ensino Médio foram 10 % dos assentados; Em Nível Fundamental completo obtivemos 7,5 %, e Fundamental incompleto 22,5 %; Na Educação Básica encontramos 22,5 %. Declararam-se analfabetos 32,5 % dos assentados.

Cabe ressaltar que no assentamento não existe escola, um dos problemas mais debatidos no assentamento, para ter o direito à educação às crianças todos os dias tem que se deslocar de 1 a 2 km para chegarem a escola mais próxima.

Tabela 6 – Grau de instrução de homens e mulheres assentados

Escolaridade	Total	%
Pós - graduação	1	2,5
Superior incompleto	1	2,5
Ensino médio completo	4	10,0
Fundamental completo	3	7,5
Fundamental incompleto	9	22,5
Educação básica	9	22,5
Analfabetos	13	32,5
Total	40	100,0

Fonte: Pesquisa de campo de março/2010.

Na TABELA 7 mostramos que a maioria 65 % dos beneficiários assentados, são pessoas do sexo masculino, normalmente chefe da família; Apenas 7,5 % são mulheres que figuram na relação dos beneficiários. Este é um fato característica que pode servir também de embasamento para a afirmação comum de que as diferenças sociais de gênero no meio rural permanecem. Os que responderam que ambos são beneficiários assentados foram 27,5 %.

Dados do Jornal *Le Monde* nos diz que dos 1,5 milhões de sem terra do Brasil, mais da metade são mulheres, mesmo assim um desses problemas a ser enfrentado é o fato de a terra ser quase sempre em nome do homem. Nossa pesquisa mostrou isso com um percentual de 65 % dos beneficiários são homens contra 7,5 % são mulheres. Dados da ANMTR – Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Brasil comprovam nossa pesquisa quando relatam que:

“Ser a titular na posse da terra ou dividir a posse igualmente com o marido também está na lista das reivindicações femininas. Hoje, apenas 12% dos lotes de assentamentos do Incra estão nas mãos das mulheres. Há casos em que a mulher assentada se separa, perde tudo e volta para os acampamentos, diz Cristiane Campos, do MST do Rio Grande do Sul.”

Tabela 7 – Beneficiários assentados

Beneficiário	Total	%
Homem	26	65,0
Mulher	3	7,5
Ambos	11	27,5
Total	40	100,0

Fonte: Pesquisa de campo de março/2010.

A TABELA 8 quando perguntados sobre o local de trabalho, 100 % dos beneficiários responderam que desenvolvem suas atividades na agricultura; não houve nenhum assentado entre os homens que trabalharam fora da agricultura.

O trabalho das mulheres assentadas obtivemos que 96,55 % das assentadas trabalham só na agricultura; apenas 3,45 % dizem trabalhar fora da agricultura; algumas em fábricas, muitas em casa de família ou lavando roupas para fora. Cabe ressaltar que a participação do cônjuge é colocada como uma ajuda de fundamental importância.

Tabela 8 – Trabalho dos assentados do sexo masculino

Atividade	Homens	%	Mulheres	%	Homens e Mulheres	%
Agricultura	11	100,0	28	95,55	39	97,5
Fora da agricultura	0	0,0	1	3,45	1	2,5
Total	11	100,0	29	100,0	40	100,0

Fonte: Pesquisa de campo de março/2010.

A TABELA 9 nos mostrou outro aspecto a ser considerado no que diz respeito á participação das mulheres assentadas no trabalho de campo, que é o exercício simultâneo de varias tarefas. Os dados da pesquisa refletem que o número de mulheres que trabalham só na atividade do campo é inexistente; 82,75 % das mulheres fazem o trabalho na agricultura e também o trabalho doméstico; 13,79 % delas trabalham fora do campo as também fazem o trabalho doméstico; apenas 3,46 % fazem só as tarefas domésticas; inexistente também o fato de que as mulheres do assentamento apenas trabalhassem fora em outra atividade.

Tabela 9 – Participação de mulheres que trabalham no campo

Atividade	Total	%
Só exercem trabalho no campo	0	0,0
Exercem trabalho doméstico e no campo	24	82,75
Exercem trabalho doméstico e fora do campo	4	13,79
Exercem só trabalho doméstico	1	3,46
Só trabalham fora	0	0,0
Total	29	100,0

Fonte: Pesquisa de campo de março/2010.

A TABELA 10 com relação às atividades desenvolvidas na casa entre os domiciliados obtemos, que na agricultura 52,5 % são homens que desenvolvem esta atividade, no entanto quando cruzando este valor com homens e mulheres (ambos) obtemos o dado de que as mulheres trabalham com os cônjuges na agricultura também, apesar de que o dado só mulher chegue a 2,5 %.

No cuidado com os animais, verificamos que 60% dos homens desenvolvem essa atividade; quando colocamos a variável “ambos” obtemos 32,5 %, mostrando que a

tarefa é dividida com as mulheres; Ao verificarmos a partilha das tarefas com relação a casa constatamos que 90 % é exercida pelas mulheres e só 5 % dos homens partilham também essa tarefa, o mesmo ocorre com relação ao cuidados com os filhos, onde 90 % é exercida novamente quase só por mulheres e 5 % divididos com seus companheiros.

Na fala da assentada Rosinete Fonseca este quadro esta bem explícito quando perguntamos como ela concilia as atividades domestica com o trabalho, esta diz que é “muito difícil, mas sempre a gente dá um jeitinho né, de conciliar, aos sábados ou domingo eu faço as faxinas, e ainda estudo.”

Os dados demonstraram que, as mulheres exercem funções cumulativas, trabalhando no campo, com os animais, com o cuidado da casa e dos filhos, ao inverso dos homens que na quase na sua totalidade só exercem o trabalho da agricultura e com os animais.

Tabela 10 – Trabalho dos assentados na agricultura

ASSENTADOS	Atividades							
	Agricultura	%	Cuidado com animais	%	Tarefas a casa	%	Cuidados com os filhos	%
Homens	21	52,5	24	60,0	2	5,0	2	5,0
Mulheres	1	2,5	3	7,5	36	90,0	36	90,0
Ambos	18	45,0	13	32,5	2	5,0	2	5,0
Total	40	100,0	40	100,0	40	100,0	40	100,0

Fonte: Pesquisa de campo de março/2010.

* Dado obtido com o programa SPSS.

A TABELA 11 com relação a renda familiar, 2,5 % das famílias não possuem qualquer fonte de renda; 65 % ganham menos que um salário mínimo, e a maioria

contam com ajuda só da Bolsa Família do Governo Federal; 20 % dos assentados ganham só um salário mínimo; 7,5 % das famílias, ganham 2 salários mínimos; 2,5 % das famílias ganham três salários mínimos e 2,5 % quatro salários mínimos. O Programa Bolsa Família é uma medida do Governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva para transferência direta de renda, que beneficia famílias em situação de pobreza, com renda mensal por pessoa de R\$ 70 a R\$ 140 e extrema pobreza com renda mensal por pessoa de até R\$ 70, de acordo com a Lei 10.836, de 09 de janeiro de 2004 e o Decreto nº 5.209, de 17 de setembro de 2004.

Nossa pesquisa nos mostrou que mais de 65% dos assentados não chegam a ganhar nem um salário mínimo se sustentando só do Programa Bolsa Família, “A pobreza está estruturada e se alimenta da desigualdade de gênero e da discriminação de raça, etnia e geração”(Dados do Banco Mundial, 1999).

Tabela 11 – Renda Familiar dos assentados

Renda	Total	%
Não possui nenhuma fonte de renda	1	2,5
Menos de um salário mínimo	26	65,0
Um salário mínimo	8	20,0
Dois salários mínimos	3	7,5
Três salários mínimos	1	2,5
Quatro salários mínimos	1	2,5
Total	40	100,0

Fonte: Pesquisa de campo de março/2010.

A renda Máxima chega á R\$ 2.040,00 (dois mil e quarenta reais) e a renda mínima é de nenhum rendimento fazendo uma média de R\$ 385,75 (trezentos e oitenta e cinco reais e setenta e cinco centavos).

Tabela 12 – Media da renda familiar

Renda	Mínima	Máxima	Média
	0	2.040,00	385,75

Fonte: Pesquisa de campo de março/2010.

A TABELA 13 mostra a participação dos assentados em atividades no assentamento. As assembléias são realizadas em quinze e quinze dias. Verificamos que 36,36 % dos homens que responderam o questionário participam da associação; 45,46 % participam de duas atividades, tanto da associação quanto de movimentos religiosos; 9,09 participam conjuntamente da associação e também de encontros diversos; 9,09 não participam de nenhuma atividade no assentamento.

Com as mulheres verificamos que 41,37 % participam só da associação; 27,58 % participam duplamente da associação e dos movimentos religiosos; 17,25 % só participam de movimentos religiosos e 13,80 % não participam de qualquer atividade dentro da comunidade. As atividades associativas da comunidade são desenvolvidas através da Associação Entre Amigos do Assentamento, que teve sua fundação em 18 de março de 1997.

O universo total entre homens e mulheres nos mostra que 40 % dos assentados participam só da associação; 32,5 % participam da associação e dos movimentos religiosos; 2,5 % disseram participar da associação e também de outros encontros; 12,5

% disseram participar só de movimentos religiosos e 12,5 % não participam de nenhum movimento na comunidade.

Tabela 13 – Participação comunitária dos assentados

Participação	Homens	%	Mulheres	%	Homens e mulheres	%
Só participam de Associação	4	36,36	12	41,37	16	40,0
Associação e movimentos religiosos	5	45,46	8	27,58	13	32,5
Associação e outros encontros	1	9,09	0	0,0	1	2,5
Só movimentos religiosos	0	0,0	5	17,25	5	12,5
Nenhum movimento	1	9,09	4	13,80	5	12,5
Total	11	100,0	29	100,0	40	100,0

Fonte: Pesquisa de campo de março/2010.

Observamos na TABELA 14 que o número de homens que participam de Sindicatos são maiores que o número de mulheres, ou seja 54,54 % e o de mulheres 37,93 %; os que não participam de nenhum movimento sindical entre homens é de 36,37 % e o número de mulheres é de 51,72 %. Isso demonstra que mais da metade das mulheres não participam de qualquer movimento sindical.

Quando checamos o universo de homens e mulheres, obtivemos que 42,5 % participam do Sindicato Rural; 5 % fazem parte da Central Sindical; 2,5 % fazem parte de cooperativas e Sindicato Rural; e um índice grande de 47,5 % não fazem parte de nenhum movimento sindical.

Tabela 14 – Participação dos assentados em algum movimento sindical

Participação	Homens	%	Mulheres	%	Homens e Mulheres	%
Sindicato Rural	6	54,54	11	37,93	17	42,2
Central Sindical	1	9,09	1	3,45	2	5,0
Cooperativa	0	0,0	1	3,45	1	2,5
Sindicato e cooperativa	0	0,0	1	3,45	1	2,5
Nenhuma participação	4	36,37	15	51,72	19	47,5
Total	11	100,0	29	100,0	40	100,0

Fonte: Pesquisa de campo de março/2010.

Quanto ao movimento Político obtivemos que as mulheres as que participam menos de movimentos Políticos; Não encontramos nenhuma filiação partidária entre os homens, nem tampouco participam de reuniões.

Notamos que os homens participam mais do que as mulheres em atividades políticas com um índice percentual de 45,5 %. Em relação às mulheres somente uma mulher é filiada ao Partido dos Trabalhadores pontuando com um percentual de 3,45 %; vão a comícios só 10,35 % das mulheres; o índice dos que não participam de nenhum movimento político é alto, entre os homens é de 54,55 % e entre as mulheres é de 82,75 %.

Na amostragem geral de participação política dos assentados, há 1 filiado ao Partido dos Trabalhadores como já citado anteriormente de 2,5 %; 1 pessoa participa de reuniões do partido 2,5 %; notamos também que a participação política dos assentados

em comícios é de 20 % sendo a maioria de homens; e a grande maioria de 75 % não participam de nenhum movimento Político.

Tabela 15 – Participação dos assentados em movimento Político

Participação	Homens	%	Mulheres	%	Total	%
Filiados a algum partido Político	0	0,0	1	3,45	1	2,5
Reunião política	0	0,0	1	3,45	1	2,5
Candidatos	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Comícios	5	45,45	6	10,35	8	20,0
Nenhuma participação	6	54,55	24	82,75	30	75,0
Total	11	100,0	29	100,0	40	100,0

Fonte: Pesquisa de campo de março/2010.

Na TABELA 16 a pesquisa nos mostrou que 81,82 % dos homens freqüentam a religião católica e as mulheres são 68,98 %; são evangélicos são 9,09 % dos homens e 13,79 % das mulheres; 9,09 % dos homens freqüentam ambas as religiões e as mulheres 6,89 %; as mulheres que não freqüentam qualquer religião são 10,34 %.

A pesquisa nos mostrou que há predominância da religião católica com 72,5 % entre os assentados; 12,5 % dos assentados se disseram evangélicos; 7,5 % freqüentam abas as religiões e também 7,5 % não freqüentam qualquer religião. Não obtivemos na pesquisa nenhum assentado que se dissesse espírita ou freqüentasse qualquer outra religião.

Tabela 16 – Religião freqüentada pelos dos assentados

Religião	Homens	%	Mulheres	%	Total	%
Católica	9	81,82	20	68,98	29	72,5
Evangélica	1	9,09	4	13,79	5	12,5
Espírita	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Outra religião	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Católica e evangélica	1	9,09	2	6,89	3	7,5
Nenhuma participação	0	0	3	10,34	3	7,5
Total	11	100,0	29	100,0	40	100,0

Fonte: Pesquisa de campo de março/2010.

Ao indagarmos sobre a partilha de opiniões e decisões dentro da casa, obtemos que o índice de homens que não compartilham das decisões com seus cônjuges é alto, de 81,82 %; e os que partilham é de 18,18 %; Com relação as mulheres, percebemos que elas acatam mais as considerações de seus esposos com um percentual de 62,07 %; as que disseram que não influenciar com nenhuma opinião foram 37,93 %.

Vale ressaltar que os motivos são diversos no que diz respeito a compartilhar decisões, ou porque o cônjuge geralmente a mulher se vê em situação de constrangimento preferindo ficar calada ou porque tem medo de não saber dar suas opiniões sobre esses assuntos de decisões.

Tabela 17 – Compartilha de decisões entre os assentados

Decisões em conjunto	Homens	%	Mulheres	%
Sim	2	18,18	11	37,93
Não	9	81,82	18	62,07
Total	11	100,0	29	100,0

Fonte: Pesquisa de campo de março/2010.

Notamos nesse item da pesquisa que no assentamento 60 % dos homes e mulheres disseram ser incentivados a participarem de atividades no assentamento como reuniões e decisões dos assentados, 40 % disseram que não são incentivados de modo nenhum. As maiorias das mulheres disseram que são chamadas a participarem com um percentual de 62,06 % e os homens com um percentual 54,54 %.

Tabela 18 – Incentivos á participação de reuniões (atividades) entre os assentados

Incentivos a participação	Homens	%	Mulheres	%	Total	%
Sim	6	54,54	18	62,06	24	60,0
Não	5	45,46	11	37,94	16	40,0
Total	11	100,0	29	100,0	40	100,0

Fonte: Pesquisa de campo de março/2010.

Quando verificamos se as mulheres participam de igual para igual com os homens nas tomadas de decisões obtivemos que os homens que disseram sim foram de 54,55 % e não 45,45 %; As mulheres que disseram poder usar do mesmo poder de decisões foram de 65,51 % e os que responderam não foi de 34,49 %.

Quando indagamos a uma assentada sobre o poder de decisões de homens e mulheres ela respondeu que “Uns acham normal, outros já ficam dizendo que mulher não pode opinar muito, depende de cada um, a maioria é do tempo antigo...”

Tabela 19 – Igualdade no poder de decisões das mulheres e dos homens

Participação igual	Homens	%	Mulheres	%
Sim	6	54,54	19	65,51
Não	5	45,46	10	34,49
Total	11	100,0	29	100,0

Fonte: Pesquisa de campo de março/2010.

Ao verificarmos a reação dos assentados quanto à participação das mulheres em setores sociais como participantes ativas nas decisões obtivemos os seguintes dados 27,27 % dos homens disseram que vêem o papel das mulheres nessas esferas com admiração e que não há restrições nenhuma que elas tomem decisões iguais com os homens; a maioria dos homens 63,64 % disseram que vêem com normalidade; e 9,09 % vêem que as mulheres sofrem discriminação ao participar com os homens nesses espaços.

No universo feminino 58,63 % disseram que as decisões das mulheres são vistas como normal e que as mulheres tomam parte nas decisões de igual para igual com os homens; 27,59 % disseram que há discriminações da presença das mulheres nesses espaços de decisões e 6,89 % disseram que as mulheres são percebidas com restrições nessas decisões; 6,89 % disseram que são admiradas ao participarem ativamente em setores sociais.

No geral 60 % do universo geral diz que as mulheres têm o mesmo poder de decidir que os homens e que as mulheres são percebidas com normalidade nas tomadas de decisões; 22,5 % dos assentados disseram que as mulheres sofrem discriminação e que elas não tem o mesmo poder de decisões; 5 % sentem restrições á suas presença e

12,5 % a minoria disseram achar que as mulheres são admiradas pelos homens quando tomam decisões junto com eles.

Um dos motivos relatados por essas mulheres sobre sua falta de participação em reuniões é que essas se sentiam colocadas a parte das discussões, mesmo quando essas se manifestavam, é o que diz essa assentada:

“ ... é que as vezes quando elas querem que aconteça alguma coisa, e pedem na reunião o que elas querem, eles não levam a serio, ai elas ficam meio desanimadas, ai elas querem falar sua opinião, ne! fazem eleição, votam, ai na hora que aquilo foi decidido, assim... ai na hora eles nem colocam o que elas queriam, ai elas ficam muito triste, por isso muitas deixam de ir.” (Margarene Venâncio, assentada)

Tabela 20 – Incentivos á participação de reuniões (atividades) entre os assentados

Atitude	Homens	%	Mulheres	%	Total	%
Com admiração	3	27,27	2	6,89	5	12,5
Com restrições	0	0,0	2	6,89	2	5,0
Com discriminação	1	9,09	8	27,59	9	22,5
Com normalidade	7	63,64	17	58,63	24	60,0
Total	11	100,0	29	100,0	40	100,0

Fonte: Pesquisa de campo de março/2010.

Com respeito aos espaços de decisões 95 % dos assentados disseram que todas as decisões são tomadas dentro do assentamento em reuniões na Associação. A grande maioria dos assentados percebe esse espaço como muito importante e que podem ser tomadas todos os tipos de decisões a serem tomadas no assentamento.

Tabela 21 – Espaços de participação e decisões

Espaços de participação e decisões	Total	%
Sim	38	95,0
Não	2	5,0
Total	40	100,0

Fonte: Pesquisa de campo de março/2010.

Notamos que os temas mais debatidos nas assembleias dentro da comunidade é a falta de trabalho, educação e saúde com 60 % dentre os assentados. A falta de trabalho entre os assentados é muito grande, e a questão da educação é deficiente, cabe colocar que as crianças do assentamento para ter acesso a educação tem que fazer um percurso de quase 2 Km todos os dias para chegar a escola mais próxima.

Tabela 22 – Temas mais debatidos pelos assentados

Temas	Total	%
Violência, Falta de trabalho, educação e saúde	3	7,5
Só falta de trabalho	3	7,5
Falta de trabalho, educação e saúde	24	60,0
Falta de trabalho e saúde	7	17,5
Falta de trabalho e educação	1	2,5
Educação e saúde	1	2,5
Nenhum tema	1	2,5
Total	40	100,0

Fonte: Pesquisa de campo de março/2010.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A princípio observamos, alguns aspectos que, de certa forma, estão alicerçados aos muitos momentos por nós experimentados durante nossa investigação, desde a escolha do tema, o objeto de estudo, até a preparação dos capítulos que fazem parte dessa dissertação, cujo caminho nos levou a aprendizagem e saberes que antes nos era desconhecidos.

A escolha do tema e do objeto de estudo, foi nossa primeira ação desafiadora. Tivemos receio nesta etapa do projeto, que faltasse apoio junto aos assentados, por motivo do MST tratar-se de um movimento muito reservado, e nosso maior temor era que não se efetivasse nossa pesquisa por falta de cooperação.

Escolhemos trabalhar com as relações de gênero, participação, esfera privada e esfera pública, trabalhamos aqui principalmente com os conceitos. Nas relações de gênero tentamos resgatar seu conceito sob o olhar de várias autoras desestruturando com estas o entendimento já enraizado de que homens e mulheres têm papéis sociais diferentes porque pertencem a naturezas diferentes.

Na categoria Participação abordamos como o processo de construção, para fortalecimento e ampliação dos direitos a cidadania, é uma forma de influenciar e modificar as estruturas dominantes, através do exercício democrático. E a esfera privada e pública na intenção perceber a articulação das duas esferas.

Os questionários e entrevistas foram interpretados e analisados no decorrer dessa pesquisa, onde percebemos as realidades dos assentados. Encontramos uma comunidade receptiva onde tivemos boa acolhida, e não se negaram a responder nossas perguntas.

Alguns aspectos nos chamaram atenção no que diz respeito ao universo pesquisado. Um desses foram os aspectos físicos precários em que encontramos os assentados; a falta de políticas básicas para sobrevivência da comunidade, como saúde, educação e a falta de trabalho e renda para homens e mulheres. Esses foram os problemas mais graves e que estes se disseram afetados.

Na comunidade a renda familiar de muitos não chega nem a um salário mínimo. 65 % das famílias sobrevive com o Programa bolsa família do Governo Federal. Como já ressaltado anteriormente o assentamento não existe escola, um dos problemas mais debatidos na comunidade, para ter o direito à educação às crianças todos os dias tem que se deslocar a grandes distâncias de até 2 km para chegarem à escola mais próxima e assim ter acesso a educação.

A existência de um alto índice de analfabetismo nos chamou atenção. Com relação à saúde, no assentamento não existe qualquer política de assistência. Os assentados contam com a ajuda de uma agente de saúde, que os socorre e os conduz até Sítios Novos, a cidade mais próxima. Sabemos que essa situação acima descrita agrava relações e perpetua condições que se quer mudar.

Pensamos ter obtido êxito em nossa pesquisa com relação a diagnosticar diferenças de gênero, mas também isso nos fez sentir impotente diante de nossas perspectivas e ansiedades que era encontrar outra realidade mais justa no campo. Percebemos que a participação é via certa para uma mudança estrutural, mas nossos questionários responderam o contrário. Delineou-se a nossa frente à triste realidade da falta de participação, onde quase a totalidade dos assentados não participa de nenhum

movimento político, quase a metade também não participa do Sindicato Rural e também menos da metade não participam nem da associação.

Com relação ao beneficiário da terra obtivemos que na sua grande maioria, ou seja, 65% são homens, contrariando uma das medidas do MST para diminuição da diferença de gênero que é “a concessão de uso da terra nos assentamentos deve ser em nome da mulher e do homem” publicado no Jornal *Le Monde*. Os dados demonstraram também que, as mulheres exercem funções cumulativas, trabalhando no campo, com os animais, com o cuidado da casa e dos filhos, e inverso aos homens que na sua quase totalidade só exercem o trabalho da agricultura e com os animais.

Sobre a compartilhar decisões, também as mulheres se esquivam em dar suas opiniões, em grande parte porque o cônjuge a coloca em situação de constrangimento fazendo esta preferir ficar calada ou porque tem medo de não saber dar suas opiniões sobre esses assuntos de decisões, demonstrando a falta de conhecimento e participação. No que diz respeito ao cerne de nossa pesquisa, percebemos que na realidade do assentamento não há distribuição equitativa das tarefas domésticas, bem como ainda há uma forte predominância da desigualdade de gênero nas relações sociais. Essas questões foram explicitadas na fala das assentadas descrita anteriormente.

REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS

ABBAGNANO, Nicola. **DICIONARIO DE FILOSOFIA**. 4. ed. Sao Paulo: Martins Fontes, 2000.

ALVES, Branca Moreira; PITANGUY, Jaqueline. **CONSTRUINDO NOVAS RELAÇÕES DE GÊNERO: DESAFIANDO RELAÇÕES DE PODER**. Sao Paulo: Setor Nacional De Genero, 2003. 108 p.

_____ **O QUE É FEMINISMO**. 8. ed. Sao Paulo: Brasiliense, 2003. 79 p.

ARAÚJO, Clara; **Crítica marxista feminista**, Texto de publicação crítica marxista, outubro / 2000, N^o 11)

ARENDT, Hannah. **A CONDIÇÃO HUMANA**. 10. ed. Rio De Janeiro: Vozes, 2001. 353 p.

ARMANI, Domingos. **COMO ELABORAR PROJETOS?: GUIA PRÁTICO PARA ELABORAÇÃO E GESTÃO DE PROJETOS SOCIAIS**. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2002. 96 p.

AVELAR, L. **MULHERES NA ELITE DA POLÍTICA BRASILEIRA**. São Paulo: Ed. UNESP/ Konrad – Adenauer, 202

ÁVILA, Maria Betânia. **TEXTOS E IMAGENS DO FEMINISMO: MULHER CONSTRUINDO A IGUALDADE**. Recife: Sos Corpo, 2001. 294 p.

BAPTISTA, Francisca Maria Carneiro. **EDUCAÇÃO RURAL: DAS EXPERIÊNCIAS À POLÍTICA PÚBLICA**. Brasília: Ebaré, 2003. 100 p.

CADERNOS FEMINISTAS DE ECONOMIA & POLÍTICA. Recife: Casa da Mulher do Nordeste, n3, 2006 – Semestral

CAMURÇA, Silvia; GOUVEIA, Taciana. **O QUE É GÊNERO**. 4. ed. Recife: SOS Corpo, 2004. 46 p.

CHOINASKI, Luci. **A LUTA DAS MULHERES AGRICULTORAS EM SANTA CATARINA**. Florianópolis: Arte Livre, 1992. 46 p.

CLEMENT, Catherine. **O FEMININO E O SAGRADO**. Rio de Janeiro: Rocco, 2001. 221 p.

ESMERALDO, Gema Galgani Silveira Leite. **O FEMININO NA SOMBRA: RELAÇÕES DE PODER NA CUT**. Fortaleza: Eufc, 1998. 262 p.

FOUCAULT, Michel. **MICROFISICA DO PODER.** 6. ed. Rio De Janeiro: Parma Ltda, 1986. 296 p.

FROTA, Maria Helena de Paula; OSTERNE, Maria do Socorro Ferreira. **FAMILIA, GENERO E GERAÇÃO: TEMAS TRANSVERSAIS.** In: FAMILIA, GENERO E GERAÇÃO: TEMAS TRANSVERSAIS Fortaleza: Eduece, 2004. p. 01-242.

GARCIA, Alicia Puleo. **FILOSOFIA, GENERO Y PENSAMENTO CRITICO.** Madri: Escuela Libre, 1992. 170 p.

GHILARDI-LUCENA, Maria Inês. **REPRESENTAÇÕES DO FEMINISMO.** São Paulo: Átomo, 2003. 235 p. (II).

GIRON, Loraine. **DOMINAÇÃO E SUBORDINAÇÃO: MULHER E TRABALHO NA PEQUENA PROPRIEDADE.** Porto Alegre: Letra E Vida, 2008. 164 p.

HIRATA, Helena. **NOVA DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO? UM OLHAR VOLTADO PARA A EMPRESA E A SOCIEDADE.** São Paulo: Boitempo, 2002. 335 p.

IDEIAS E DINAMICAS PARA TRABALHAR COM GENERO. Recife: SOS Corpo, v. 1, n. 1999, 12 dez. 1999. Anual.

LE MONDE. Rio Grande Do Sul, 04 nov. 2007.

LOPEZ, Maria Carballo. **MULHERES COM CORAGEM: MUJERES LIDERES EN EL MOVIMIENTO DE TRABAJADORES Y TRABAJADORAS RURALES SIN TIERRA DE BRASIL.** 2002. 160 f. Dissertação (Doutorado) - Curso de Antropologia Social Y Cultural, Departamento de Antropologia Social Y De Prehistoria, Universidad Autónoma De Barcelona, Barcelona, 2002.

LOURO, Guacira Lopes, **Gênero, sexualidade e educação** – uma perspectiva pós-estruturalista, 2ª edição, editora vozes, Petrópolis/ RJ, 1997.

MORISSAWA, Mitsue. **A HISTORIA DA LUTA PELA TERRA E O MST.** São Paulo: Expressão Popular, 2001. 256 p.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. **MULHER SEM TERRA NA LUTA POR REFORMA AGRÁRIA.** Disponível em: <www.mst.org.br>. Acesso em: 25 ago. 2006.

MURARO, Rose Marie. **OS SEIS MESES EM QUE FUI HOMEM.** 5. ed. Rio De Janeiro: Rosa dos Tempos, 1993. 272 p.

OLIVEIRA, Francisco Alberto Bastos. **ANALISE DA CONTRIBUIÇÃO DO PROGRAMA NACIONAL DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR (PRONAF) PARA A SUSTENTABILIDADE DO ASSENTAMENTO LAGOA DA SERRA, CAUCAIA - CE.** 2003. 116 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Desenvolvimento e Meio Ambiente ´prodema, Departamento de Economia de

Recursos Naturais e Política Ambiental, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2004.

OSTERNE, Maria do Socorro Ferreira. **FAMILIA, E GÊNERO: O LUGAR DA DOMINAÇÃO MASCULINA.** Fortaleza: Eduece, 2001. 262 p.

PERROT, Michelle. **AS MULHERES OU OS SILENCIOS DA HISTÓRIA.** São Paulo: Edusc, 2005. 520 p.

PINTO, Celi Regina Jardim. **UMA HISTORIA DO FEMINISMO NO BRASIL.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003. 120 p.

PORTELLA, Ana Paula; SILVA, Carmen; FERREIRA, Verônica. **NOSSO TRABALHO TEM VALOR: MULHER E AGRICULTURA FAMILIAR.** Recife: SOS Corpo, 2005. 102 p.

PRADO, Joana Maria. **TRADUZINDO O DEBATE: O USO DA CATEGORIA GENERO NAS PESQUISAS HISTÓRICAS.** In: SEMINARIO EDUCAÇÃO E GÊNERO, Não use números Romanos ou letras, use somente números Arábicos, 2006, Tocantins. **CONFERENCIA.** Tocantins: Eufsc, 2006. v. 1, p. 1 - 24.

RUA, Maria Das Graças; ABRAMOVAY, Miriam. **COMPANHEIRAS DELUTA OU COORDENADORAS DE PANEAS? AS RELAÇÕES DE GÊNERO NOS ASSENTAMENTOS RURAIS.** Brasília: Unesco, 2000. 348 p.

SANTOS, Theotonio dos. **CONCEITO DE CLASSES SOCIAIS.** Petropolis: Vozes, 1983. 84 p.

SCOTT, Joan Wallach. **A CIDADÃ PARADOXAL: AS FEMINISTAS FRANCESAS E OS DIREITOS DO HOMEM.** Florianópolis: Mulheres, 2002. 312 p.

_____ SCOTT, Joan Wallach. **O ENIGMA DA IGUALDADE.** *Estudos Feministas*, São Paulo, n. , p.1-15, 12 dez. 2006. Semestral.

SOIHET, Rachel. **O FEMINISMO TATICO DE BERTHA LUTZ.** Florianópolis: Mulheres, 2006. 304 p.

QUESTIONÁRIO

1. NOME: _____

2. IDADE: ____/____/____

3. ESTADO CIVIL:

SOLTEIRO	☐
CASADO	☐
VIUVO	☐
SEPARADO	☐
DIVORCIADO	☐
JUNTO	☐

4. NUMERO DE FILHOS: _____

5. QUANTAS PESSOAS MORAM NA CASA: HOMENS _____
MULHERES _____

6. ESCOLARIDADE

ANALFABETO	☐
EDUCAÇÃO BÁSICA	☐
1º GRAU INCOMPLETO	☐
1º GRAU COMPLETO	☐
ENSINO MÉDIO INCOMPLETO	☐
ENSINO MÉDIO COMPLETO	☐
ENSINO SUPERIOR INCOMPLETO	☐
ENSINO SUPERIOR COMPLETO	☐
POS GRADUAÇÃO	☐

7. BENEFICIÁRIO ASSENTADO (A TERRA EM NOME DE QUEM?)

HOMEM	☐
MULHER	☐

8. TRABALHOU SOMENTE NA AGRICULTURA

SIM	☐
NAO	☐

9. TRABALHOU **FORA** DA AGRICULTURA

SIM	☐
NAO	☐

ONDE: _____

10. PARTICIPAÇÃO DE MULHERES QUE TRABALHAM NO CAMPO

TRABALHAM EM ATIVIDADES AGROPECUARIAS	☐
FAZEM TRABALHO DOMESTICO E AJUDAM NAS ATIVIDADES DO CAMPO	☐
FAZEM TRABALHO DOMESTICO E ATIVIDADES FORA DO CAMPO	☐
SO FAZEM TRABALHO DOMESTICO	☐
SO TRABALHAM FORA	☐

11. COMO SÃO DISTRIBUIDAS TAIS ATIVIDADES NA SUA CASA:

	H	M	AMBOS
AGRICUTURA			
CRIAÇÃO DE ANIMAL			
ATIVIDADES DOMESTICAS			
CUIDADOS COM OS FILHOS			

12. RENDA FAMILIAR:

MARIDO	<input style="width: 100%;" type="text"/>
MULHER	<input style="width: 100%;" type="text"/>
OUTRAS	<input style="width: 100%;" type="text"/>

13. PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA:

ASSOCIAÇÃO	☐
MOVIMENTOS RELIGIOSOS	☐
ENCONTRO (OUTROS)	☐
NÃO PARTICIPO DE NADA	☐

14. FREQUENTA ALGUMA ENTIDADE RELIGIOSA?

CATOLICA
 EVANGELICA
 ESPIRITA
 OUTRA RELIGIÃO
 NENHUMA

15. PARTICIPA DE ALGUM MOVIMENTO SINDICAL:

SINDICATO RURAL
 CENTRAL SINDICAL
 COOPERATIVAS
 NENHUM

16. PARTICIPA DE ALGUM MOVIMENTO POLITICO:

FILIADO
 PARTIDO POLITICO (REUNIÕES)
 CANDIDATO
 ATIVIDADES (COMICIOS)
 NENHUM

17. AO PARTICIPAR DE REUNIÕES AS QUAIS VOCE NÃO VAI, SEU ESPOSO (A) LHE PEDE OPINIÃO?

SIM
 NÃO
 NÃO PARTICIPO

QUAIS? _____

18. VOCE É ESTIMULADO (A) OU ESTIMULA OUTRAS PESSOAS QUE NÃO ESTÃO VINCULADAS A NENHUMA ATIVIDADE A PARTICIPAREM OU DISCUTIREM OS PROBLEMAS DA COMUNIDADE?

SIM
 NÃO

COMO? _____

19. AS MULHERES PARTICIPAM DE IGUAL PARA IGUAL COM OS HOMENS NAS TOMADAS DE DECISÕES?

SIM
 NÃO

SE **NÃO** QUE TIPO DE RESISTENCIAS EXISTEM? _____

20. COMO AS OUTRAS PESSOAS (HOMENS E MULHERES) REAGEM A PARTICIPAÇÃO DE MULHERES NESTES SETORES DA SOCIEDADE?

COM ADMIRAÇÃO
 COM RESTRIÇÕES
 COM DISCRIMINAÇÕES
 COMO UMA ATITUDE NORMAL

21. NESSES ESPAÇOS DE PARTICIPAÇÃO HÁ DISCUSSÃO DE VÁRIOS ASSUNTOS E TAMBEM TOMADA DE DECISÕES?

SIM
 NÃO

22. DIGA QUAL DOS TEMAS ABAIXO SÃO DISCUTIDOS NA COMUNIDADE:

VIOLENCIA
 SEXUALIDADE
 FALTA DE TRABALHO
 EDUCAÇÃO
 SAUDE
 NENHUM

ENTREVISTA

1. Como vocês conciliam as atividades domésticas com o trabalho? Explique.
2. O que representa para vocês, esta saída do espaço doméstico para ocupar outros espaços públicos (Associação, Conselhos, Fóruns, Reuniões) na comunidade e no Município? Expressar sentimento.
3. O que mudou na sua vida depois que passou a participar desses espaços públicos? Nas relações familiares (pai, mãe, irmão); na relação conjugal (marido, filhos)?
4. E na comunidade? Como as outras pessoas (homens e mulheres) reagem? Como elas vêem a participação das mulheres dentro dos movimentos? Há conflitos, discriminações?
5. Nesses espaços de participação há discussão de vários assuntos e também tomada de decisões? Às vezes há confrontos, com a tentativa de se fazer prevalecer interesses de grupos? Como vocês percebem e analisam esse campo político?
6. As mulheres participam de igual para igual com os homens no poder de decisões, ou há resistências? Como você percebe isso?
7. Ao participar de reuniões as quais você não vai, seu esposo (a) lhe pede opinião?
8. Como são discutidos na comunidade os seguintes assuntos:
 - Violência
 - Sexualidade, aborto, gravidez na adolescência.
 - Falta de trabalho para mulheres e homens
 - Educação
 - Saúde

Faz parte da pauta das reuniões do Assentamento? Senão, quais as principais discussões das reuniões?

9. Como vocês estimulam as outras pessoas que não são vinculadas a nenhuma atividade a participarem/ discutirem os problemas da comunidade?

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)